PROTOCOLO GERAL

Nº.....

ASSUNTO

Pregão Eletrônico SRP 15/2022

NUP 64125.001805/2022-61

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

VOL II

SALC – 2022

ASSUNTO: Eventual Aquisição de peças para motor de popa.

INTERESSADO: Sr. (a) Coordenador (a) Geral do Núcleo de Assessoramento Jurídico Geral da União / Conformidade da 2ª Bda Inf Sl.
.....

ANEXOS: Constantes das Folhas deste Processo.
...../.....

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA		
1 CJU/AM - Conformidade			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

DESTINO	DATA		
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			

FL Nº 207
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTIO DE SELVA

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME - II

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 15/2022

UG 160515

Aos vinte e oito de outubro do ano de 2022, procedo a abertura do volume nº 02 (dois), do processo NUP 64125.001805/2022-61, que inicia na folha 207.

JOÃO MARCOS DIAS DA SILVA **RODRIGUÊS– 2º Ten**
Pregoeiro

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

(1ª Brigada Estratégica/1908)

"BRIGADA RIO NEGRO"

ANEXO I

MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

Sistema de Registro de Preço

(Processo Administrativo nº 64125.001805/2022-61)

1. DO OBJETO

1.1. Eventual aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína (ABNT NBR 15296/2015), de acordo com a Portaria nº 257-EME, de 30 de outubro de 2014, como critério de julgamento "maior desconto" dentro do tipo "menor preço" com base no valor das tabelas das fabricantes/montadoras, com possibilidade de consulta por intermédio de Software de Orçamentação Eletrônica de empresa especializada, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ÍTEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	Qtd 3º BIS 160137	Qtd 2ª Bda Inf Sl (Gerenc) 160515	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO (Fins de aplicação da porcentagem)	V. TOTAL ITEM	Porcentagem mínima Aceitável	TIPO DE BENE-FÍCIO (TIPO I)	COTA (ART. 8º – DEC8. 538/15)

1	396247	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA YAMAHA, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS YAMAHA.	UND	120.000	494.811	614811	R$ 1,00	R$ 614.811,00	12,33 %	*	AMPLA PARTICIPAÇÃO
2	396247	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA YAMAHA, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS YAMAHA. **COTA RESERVADA ITEM 1, ATÉ 25%.**	UND	0	80000	80000	R$ 1,00	R$ 80.000,0	12.33 %	EXCLUSIVO ME/EPP	**Cota reservada Item 1**

3	396247	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA MERCURY, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS	UND	215.000	811.923	1.026.923	R$ 1,00	R$ 1.026.923,00	12,33 %	*	AMPLA PARTICIPAÇÃO
4	396247	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA MERCURY, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS **COTA RESERVADA ITEM 3, ATÉ 25%.**	UND	0	80000	80000	R$ 1,00	R$ 80.000,00	12,33 %	EXCLUSIVO ME/EPP	**Cota reservada Item 3**
VALOR TOTAL PARA A 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA COM ENTREGA PREVISTA PARA SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM - ITENS 1 A 4. **- 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA: R$ 1.466.734,00.** **- 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA: R$ 335.000,00.**								**R$ 1.801.734,00**			

VALOR TOTAL GERAL DA LICITAÇÃO	R$ 1.801.734,00

ENTREGA: UGG - 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA UASG 160515 / 167515, referente aos itens 1 a 4.
Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000

ENTREGA: UGP – 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA UASG 160137 / 167137, referente aos itens 1 e 3.
Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados do(a) assinatura da ata, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

1.6. O critério de julgamento adotado será o MAIOR DESCONTO, por item, aplicado sobre a tabela oficial de preços do respectivo fabricante, conforme marca do equipamento.

1.7. Para os itens 1, 3, 5 e 6 a Participação será Ampla. Para os itens 2, 4 a participação será exclusiva para ME/EPP pois são cotas reservadas dos itens 1 e 3 em conformidade ao art. 48 Lei Complementar nr 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto 8.538/15.

1.8. Havendo divergência entre o descritivo do código CATMAT e da especificação constante no Termo de Referência, prevalecera para fins de proposta e cumprimento da mesma o previsto no presente Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

2.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial

5.2. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, **quando couber**:

5.2.1. Durante a execução do contrato, a contratada deverá usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.2.2. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.2.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5.2.4. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

5.2.5. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.2.6. Atender os critérios de sustentabilidade ambiental pela Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14001 e pela Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias contados da realização do empenho (NE)e emissão de sua devida nota, em remessa única, nos seguintes endereços:

6.1.1 UASG 160515/167515 – UGG – 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA:

Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000, no Setor de Material, telefone a ser informado quando do envio das eventuais notas de empenho. Os itens empenhados e entregues devem estar em conformidade com a Guia de Fornecimento que será encaminhada para a empresa pelo Fiscal de Contrato quando do envio da respectiva nota NE.

6.1.2 UASG 160137/167137 – UGP – 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA:

Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000, no Setor de Material, telefone a ser informado quando do envio das eventuais notas de empenho. Os itens empenhados e entregues devem estar em conformidade com a Guia de Fornecimento que será encaminhada para a empresa pelo

Fiscal de Contrato quando do envio da respectiva nota NE.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 8 (oito) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 8 (oito) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3 Em complemento ao item 8.3 deste Termo de Referência, na ausência da tabela da fabricante ou montadora, a CONTRATANTE (Setor Requisitante) realizará um orçamento com pesquisa de valores

de mercado junto às concessionárias da rede autorizadas da fabricante e o entregará, ficando a CONTRATADA obrigada a fornecer com os valores orçamentados pela CONTRATANTE.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7 promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8.3 O critério de julgamento adotado será o MAIOR DESCONTO aplicado sobre a tabela oficial

de preços dos respectivos fabricantes, conforme marca do equipamento. Tal tabela deverá ser fornecida atualizada pela empresa Homologada em período anterior a Contratação após solicitação do Setor Requisitante para fins de análise dos valores.

8.3.1 Na ausência da tabela da fabricante ou montadora, a CONTRATANTE realizará um orçamento com pesquisa de valores de mercado junto às concessionárias da rede autorizadas da fabricante e o entregará, ficando a CONTRATADA obrigada a fornecer com os valores orçamentados pela CONTRATANTE

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1 O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as

providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação,

no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=(TX) $\quad I = \frac{(6/100)}{365}$ $\quad I = 0{,}00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1 No recebimento do objeto haverá militares designados para realizar o exame e averiguação do material, não sendo necessária garantia.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa:

(1)moratória 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela compensatória de 50% (cinquenta por cento)sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

(2)compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii)Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv)Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens i, iii, iv e v e poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de

atos ilícitos praticados.

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com item pertinente, por meio de apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público e privado.

17.3.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

17.3.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.3.2.1.1 Pelo menos um atestado de capacidade técnica;

17.3.2.1.2 O atestado apresentado deve ser compatível com o objeto desta licitação.

17.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1 Valor global de R$ 1.801.734,00.

17.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição anexa ao edital.

17.5 O critério de Julgamento será o de maior desconto por item.

17.6 As regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será **R$ 1.801.734,00.**

18.2. O valor mínimo de desconto para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será aquele disposto na tabela presente no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 27 de outubro de 2022.

GUILHERME NATHAN THOMAZ RIBEIRO – 2º Ten
Chefe da Equipe de Planejamento

FL Nº 224

Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o conteúdo deste Termo de Referência com fulcro no Inciso II, do Art. 14, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, em face de atender às necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e Organizações Militares Vinculadas na **abertura de processo licitatório para aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa**. Para esse fim, a 2ª Bda Inf Sl poderá dispor de recursos específicos que podem ser repassados no transcorrer do Exercício não causando impacto orçamentário e os recursos são compatíveis com o plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 27 de outubro de 2022.

KENZO YOTSUJI – TC
Ordenador de Despesas Cmdo 2ª Bda Inf Sl

FL Nº 225

Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

CMA – 2ª BDA INF SL

2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

APENDICE "A" – DO ANEXO I-TR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. DA FINALIDADE

O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade da aquisição de PEÇAS DE MOTOR DE POPA para suprir às necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, referente ao exercício financeiro de 2022 e primeiro semestre de 2023; bem como, complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência que compõe o processo **NUP 64125.00001805/2022-61**, da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em conformidade com inciso IV do Art. 3º do Decreto 10.024/2019, de forma a melhor a resguardar os interesses da Administração.

1.2. DA EQUIPE RESPONSÁVEL (BI Nr 072, de 19/08/2022, do 2º B Log Sl)

a. GUILHERME **NATHAN** THOMAZ RIBEIRO – 2º Ten - Chefe da Equipe

b. THIAGO **DORNELAS** DO AMARAL REIS – **1º Sgt** – Membro

1.3. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

a. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

b. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;

c. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010;

FL Nº 226

Rubrica

d. Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013;

e. Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019;

f. Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;

g. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020;

h. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017;

i. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020;

j. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS – DECOR/CGU/AGU, 2º edição, revista, atualizada, ampliada. Setembro de 2019.

2. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. A 2ª Brigada de Infantaria de Selva, tem por característica, o emprego do transporte tático e logístico fluvial na Amazônia Ocidental. Para que a atividade operacional ocorra, faz-se necessário que tais meios de transporte estejam em amplo e contínuo funcionamento.

2.2. A aquisição do objeto em tela visa equipar as embarcações, pertencentes ao Pelotão Fluvial do 2° Batalhão Logístico de Selva e do Pelotão Fluvial do Comando de Fronteira Rio Negro / 5° Batalhão de Infantaria de Selva, Organizações Militares Vinculadas (OMV) à 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

2.3. Fez-se um levantamento das necessidades por meio das visitas técnicas de Apoio Direto(*****) levantando junto aos integrantes dos setores de manutenção, tanto do 2° B Log Sl, quanto do CFRN/5° BIS (OMV sem Autonomia Administrativa), onde existem profissionais especializados, capazes de realizar um planejamento satisfatório e que atenda as demandas exigidas por um período de 12 meses. Igualmente, procurou-se relacionar as peças de motores de popa necessárias para equipar as embarcações existentes nas Organizações supracitadas. O Apoio Direto foi implementado na Guarnição de São Gabriel da Cachoeira no ano de 2020, a partir da ativação do 2° Batalhão Logístico Selva pelo Exército Brasileiro. Sendo assim possível realizar um diagnóstico da situação da manutenção, bem como das necessidades de peças e insumos a fim de aumentar a disponibilidade dos equipamentos.

(*)

Manual de Campanha

LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE

(EB70-MC-10.2382-8)

...

2.4 FORMAS DE APOIO LOGÍSTICO E SITUAÇÕES DE COMANDO

...

FL Nº 227

Rubrica

2.4.4 APOIO DIRETO (AP DTO)

2.4.4.1 É aquele proporcionado por um elemento de apoio logístico a uma OM ou fração específica, visando a aumentar sua capacidade logística ou a cumprir determinada tarefa logística. Caracteriza-se pela ligação permanente entre os elementos de apoio e apoiados, cabendo a este determinar as prioridades dos trabalhos a serem realizados.

2.4.4.2 As OM ou frações logísticas em Ap Dto executam o suporte logístico cerrado aos usuários, devendo possuir elevada mobilidade e capacidade suficiente para: realizar o desmembramento de cargas; gerenciar estoques limitados de itens de maior criticidade (definidos para cada tipo de situação e força a apoiar); executar limitada manutenção, evitando acúmulo de material nas oficinas (particularmente nas operações de movimento); e receber meios descentralizados dos escalões superiores para atendimento das capacidades críticas.

...

2.4. As especificações descritas, o detalhamento do objeto, as características, os requisitos, o valor estimado do objeto, foram regularmente determinados pelo setor competente da Administração, e a contratação através do sistema de registro de preços está legitimada e regulamentada no âmbito da União Federal pelo Decreto nº 7.892/2013. Nesse mesmo sentido, o art. 11 da Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, também prevê a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na modalidade pregão, ou seja, é possível a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, através da modalidade Pregão, combinado com o art. 11 da Lei nº 10.520/2002, e com as disposições contidas nos incisos I, II. III e IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, abaixo citadas:

Inciso I, quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes – os serviços licitados são necessários durante todo o transcorrer do ano;

Inciso II, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa – a contratação se dá mês a mês, de acordo com a necessidade de consumo; e

Inciso III, quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

Inciso IV, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração – em face da impossibilidade de prever com exatidão as quantidades a serem adquiridas, no período de 12 (doze) meses, evitando-se assim a realização de múltiplos processos administrativos, o que ocasionaria elevado custo nas publicações em empresa oficial e jornais de grande circulação, além de desperdício de tempo processual, e dos custos de capital humano empregado nas mais diversas etapas envolvidas, por ocasião da realização de novos processos, justifica-se também este pregão pelo SRP.

2.5. Justifica-se, portanto, a aquisição de peças de motores de popa, em função da necessidade de equipar e reestruturar as embarcações do 2° B Log Sl e do CFRN/5° BIS para o cumprimento de todas as atividades conduzidas pelos setores de transporte destas OM.

FL Nº 228

Rubrica

2.6. O presente estudo está alinhado com o Objetivo Estratégico Organizacional 4 (integrar-se ao novo e efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre). Com esse objetivo pretende-se mitigar as dificuldades impostas pelo ambiente amazônico ao Sistema Logístico, considerando as prioridades e peculiaridades das áreas estratégicas e HE, as Organizações Militares (OM) que nelas serão empregadas, a carência estrutural de recursos e os planos de mobilização estabelecidos; aproximar a estrutura logística de paz à de guerra; mobiliar, progressiva e seletivamente, a cadeia logística com as instalações e meios necessários; implementar um sistema integrado de gestão logística; e, aperfeiçoar o Sistema Logístico, de modo a facilitar a obtenção de informações em todos os níveis.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos a serem licitados foram estabelecidos conforme as necessidades apuradas por ocasião das visitas técnicas de Apoio Direto às Organizações Militares Vinculadas (OMV) à 2ª Brigada de Infantaria de Selva durante o ano de 2021, com a finalidade de aumentar o índice de disponibilidade de tais meios, na Guarnição.

NECESSIDADES MOTORES YAMAHA 2ª Bda Inf Sl				
Peça	**Potência**	**Qnt**	**Valor R$**	**Valor Total R$**
Filtros de combustível	40, 50, 60, 90, 200 HP	150	100,00	15.000,00
Velas	40, 50, 60, 90, 200 HP	120	108,00	12.960,00
Hélices de motor	40, 50, 60, 90, 200 HP	28	383,00	10.724,00
Hélices de motor	40, 50, 60, 90, 200 HP	02	548,00	1.096,00
Benzel	40, 50, 60, 90, 200 HP	30	198,50	5.955,00
Cabos teleflex	40, 50, 60, 90, 200 HP	30	246,80	7.404,00
Bicos injetores	40, 50 HP	26	108,00	2.808,00
Bicos injetores	60, 90, 200 HP	44	156,00	6.864,00
Rabeta Completa	40, 50 HP	33	12.600,00	415.800,00
Rabeta Completa	60 HP	01	14.550,00	14.550,00
Rabeta Completa	90 HP	3	15.650,00	46.950,00
Rabeta Completa	200 HP	2	17.350,00	34.700,00

Rubrica

TOTAL	574.811,00

NECESSIDADES MOTORES MERCURY 2ª Bda Inf Sl				
Peça	**Potência**	**Qnt**	**Valor R$**	**Valor Total R$**
Filtros de combustível	50, 60, 90, 100, 115, 150, 200 HP	200	100,00	20.000,00
Velas	50, 60, 90, 100, 115, 150, 200 HP	180	116,00	20.880,00
Hélices de motor	50, 60, 90, 100 HP	30	396,00	11.880,00
Hélices de motor	115, 150, 200 HP	10	543,40	5.434,00
Benzel	50, 60, 90, 100, 115, 150, 200 HP	30	198,50	5.955,00
Cabos teleflex	50, 60, 90, 100, 115, 150, 200 HP	30	246,80	7.404,00
Bicos injetores	50, 60, 90, 100 HP	80	156,00	12.480,00
Bicos injetores	115, 150, 200 HP	30	206,00	6.180,00
Cdi (relé) do motor	50, 60, 90, 100 HP	25	350,00	8.750,00
Cdi (relé) do motor	115, 150, 200 HP	6	480,00	2.880,00
Rabeta Completa	50, 60 HP	15	16.900,00	253.500,00
Rabeta Completa	90, 100 HP	15	21.500,00	322.500,00
Rabeta Completa	115, 150, 200 HP	8	26.760,00	214.080,00
TOTAL				**891.923,00**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios e práticas de sustentabilidade

4.1.1. Em atenção aos princípios norteadores instituídos pela Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, devem ser elencadas no termo de referência, no que couber (a fim de que não haja restrição de competitividade), que os produtos objeto deste estudo, estejam de acordo com as diretrizes a utilização exclusiva de materiais de origem comprovada e em acordo com as normas ambientais vigentes.

4.1.2. Neste sentido, na medida do possível, deve o documento de referência contemplar: critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, conforme se depreende da leitura do subitem 3.3, alínea "c" do Anexo III da IN 05/2017/MP.

4.2. Prazo de aquisição/contratação

4.2.1. O período de aquisição será de 12 (doze) meses, conforme prazo de validade da respectiva ata de registro de preços – ARP.

4.3. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

4.3.1. Conforme relatado no item 2 deste termo, o estudo foi elaborado a partir da premissa da essencialidade dos produtos, que é comum as mais diversas entidades do ambiente amazônico, considerando suas respectivas rotinas de transporte operacionais e administrativos.

4.3.2. No presente caso, na seleção do fornecedor, deve ser levado em conta, primeiramente, as regras gerais e específicas constantes na legislação (subitem 1.3. deste estudo), alinhadas com os critérios de sustentabilidade na cadeia de produção e fornecimento dos bens (devendo ser analisado caso a caso), como escopo de melhor atender às necessidades da Administração, e por consequência, o interesse público, contudo, sem restringir a competitividade e isonomia do futuro certame.

4.4. Estimativas de preços ou preços referenciais

4.4.1. Em linhas gerais a pesquisa de mercado deve ser elaborada em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa - IN 73/2020 / MP, art 5° obedecendo aos seguintes parâmetros:

4.4.1.1. DA ORDEM DE PRIORIDADE DA PESQUISA:

a) Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br);

b) Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

c) Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que **contenha a data e hora de acesso**;

d) pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

4.4.1.2. Por fim, os parâmetros acima poderão "ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser **priorizados** os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência".

4.4.1.3. De maneira combinada poderá ser incluída a pesquisa conforme o inciso IV, tendo em vista fazer constar os custos de transporte fluvial, que até então é a principal maneira de acesso

logístico a essa Região.

4.4.2. Ainda em relação às disposições IN 73, art 6° devem ser ressaltados os seguintes aspectos:

4.4.2.1. A METODOLOGIA para aferição dos preços de referências deve observar:

a) a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos;

b) que o cálculo incida sobre um conjunto de **três ou mais preços**; podendo, **excepcionalmente**, mediante justificativa da autoridade competente, ser admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores;

c) que sejam desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados;

d) que poderão ser utilizados **outros critérios** ou metodologias, desde que **devidamente justificados** pela autoridade competente.

e) que os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

4.4.2.2. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

a) Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Para que se alcance todos os efeitos desejados, espera-se que os fornecedores cumpram seu papel e realizem todos os procedimentos descritos e que sejam descentralizados os valores necessários para a correspondente execução, de acordo com a Portaria nº 257-EME, de 30 de outubro de 2014, que aprova a padronização dos motores de popa das marcas YAMAHA, EVINRUDE e MERCURY, em todo os modelos e potências (HP) disponíveis por cada fabricante.

6. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO:

6.1. A lei geral de licitações, lei 8.666/93, em seu art. 23, § 1º c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02 elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.
6.2. Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.
6.3. No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser adquiridos de forma

FL Nº 232

Rubrica

independente, não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos, o que sem dúvida restringiria a participação de empresas mais modestas, mas que podem cumprir as respectivas obrigações, desde que haja o devido fracionamento do objeto, em quantas parcelas forem possíveis, conforme se propõe.

6.4. Por isso, em consonância com a legislação retro mencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos bens que serão adquiridos, esta equipe optou pelo parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

7. RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição dos objetos em tela visa equipar as embarcações da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e ainda melhorar as condições de transporte no deslocamento dos militares e materiais em missão ou serviço. O objeto desta licitação atenderá às necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e dos demais Órgãos Participantes.

8. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a aquisição de peças de motores de popa mostra-se viável tecnicamente e economicamente. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação da solução pretendida.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 27 de outubro de 2022.

Guilherme Nathan T. Ribeiro

GUILHERME NATHAN THOMAZ RIBEIRO – 2º Ten
Chefe da Equipe de Planejamento

FL Nº 233

Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA RIO NEGRO"

APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 64125.001805/2022-61 (NUP)

Cumprindo o que dispõe o Inc. II do Art. 14, do Dec. Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar para **eventual Aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa**, em condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Estudo, em proveito do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, Órgão Gerenciador, e Organizações Militares Vinculadas, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO para o Sistema de Registro de Preços, tipo Maior Desconto por ITEM**, com fulcro nos incisos I, II, III e IV do Art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 27 de outubro de 2022.

KENZO YOTSUJI - TC

Ordenador de Despesas do Cmdo 2ª Bda Inf Sl

Fls. Nº 234

Ass.

ANEXO II

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)

"BRIGADA RIO NEGRO"

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(AQUISIÇÃO DE BENS)
PREGÃO SRP NR 15/2022

ATA NR XX

A 2ª Brigada de Infantaria de Selva, sob o CNPJ 07.546.219/0001-30, sediada na Área Cap Nobuo Oba, S/Nº - bairro: Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP: 69750-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.546.219/000130, neste ato representado(a) pelo Ten Cel Kenzo Yotsuji, publicado no Boletim Interno Nr 31/01/2022, inscrito no CPF nº [redacted] portador da Carteira de Identidade nº 1139xxxxx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2022, publicada no DOU de ...../...../20....., processo administrativo n.º 64125.0018052/022-61, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de peças de geradores, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Objeto, Termo de Referência, anexo I-TR. do edital de Pregão nº 15/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*						
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador (UGG) será a 2ª Brigada de Infantaria de Selva (UASG 160515).

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes (UGP) do registro de preços:

3.2.1 3º Batalhão de Infantaria de Selva (160137).

3.3. Os endereços previstos para a entrega são os previstos no Anexo I-TR, transcritos a seguir:

UASG 160515/167515 – UGG – 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA:

Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000, no Setor de Material, telefone a ser informado quando do envio das eventuais notas de empenho.

UASG 160137/167137 – UGP – 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA:

Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000, no Setor de Material, telefone a ser informado quando do envio das eventuais notas de empenho.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

Fls. Nº 236
Ass.

órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data da assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Fls. Nº 237
Ass.

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

FLS. Nº 238

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Gabriel da Cachoeira/AM, xxx de xxxxx de 202xxx.

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONTRATADA:

KENZO YOTSUJI – Ten Cel Nome

Ordenador de Despesas Identidade:

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

Identidade: Identidade:

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de outubro de 2022.

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Fls. Nº 239

Ass.

ANEXO III

MINUTA TERMO DE CONTRATO AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

SRP 15/2022 – PROCESSO NUP: 64125.001805/2022-61

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ___/____, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E A EMPRESA

A União, Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, por intermédio do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (UASG 160515 – Cmdo 2ª Bda Inf SL), sob o CNPJ 07.546.219/0001-30, sediada na Área Cap Nobuo Oba, S/Nº - bairro: Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP: 69750-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.546.219/000130, neste ato representada pelo Ten Cel , nomeado(a) pelo Boletim Interno Nr 21, de 31/01/2022, da 2ª Bda Inf SL, inscrito no CPF nº [redacted], portador da Carteira de Identidade nº 1139xxxx, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 15/2022, por Sistema de Registro de Preços nº 15/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de peças de geradores, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					

Fls. Nº 240
Ass.

3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/_____ e encerramento em ____/____/_____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de *20*...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

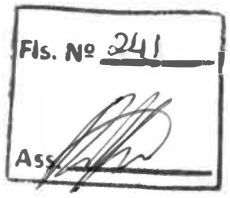
7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.



10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Fls. nº 242

Ass.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de São Gabriel da Cachoeira/AM - Justiça Federal. para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Gabriel da Cachoeira/AM, xxx de xxxxx de 202xxx.

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONTRATADA:
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – xxxxxxx	**Nome**
Ordenador de Despesas	Identidade:
TESTEMUNHAS:	
Nome:	Nome:
Identidade:	Identidade:

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de outubro de

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Fls. Nº 243

Ass.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA RIO NEGRO"

ANEXO IV

MODELO - ORDEM DE FORNECIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL

NOTA DE EMPENHO: 2022NE0000xx

DADOS DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL: xxxxxxxx	CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxx
TELEFONE:(XX) xxxxxxxxxxxx	E-MAIL: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

LOCAL DE ENTREGA:

ÓRGÃO: COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	UASG: 160515
ENDEREÇO: ÁREA CAPITÃO NOBUO OBA S/N/, CACHOEIRINHA, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM – CEP: 69750-000	TELEFONE: (XX) xxxxxxxxxxxx

DADOS DO PREGÃO

PREGÃO SRP NR 15/2022 – UASG 160515		
NR ITEM	DESCRIÇÃO	DESCONTO HOMOLOGADO
1	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA YAMAHA, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS YAMAHA.	X%
2	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA MERCURY, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS	X%

TABELA FABRICANTE				MÊS: (da Tabela de referência)			
CLASSE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO (da tabela)	UF	VALOR (da tabela)	VALOR (com desconto)	QTD	VALOR (global)

Fls. Nº 244

TOTAL GERAL:	xxxxxxxxxxx

Ass.

Município de São Gabriel da Cachoeira - AM,_____de_____de 2022.

Responsável pelo pedido
_____
(Nome)
(Função)

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de outubro de 2022

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 245
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

SRP 15/2022
JUSTIFICATIVA DA AUTORIZAÇÃO PARA ADESÃO

1. Justifica-se, conforme Art 22 do Decreto Nº 7.892. de 23 de janeiro de 2013, onde temos:

"Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 1º-A A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 1º-B O estudo de que trata o § 1º-A, após aprovação pelo órgão gerenciador, será divulgado no Portal de Compras do Governo federal. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 4º-A Na hipótese de compra nacional: (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

I - as aquisições ou as contratações adicionais não excederão, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes; e (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

II - o instrumento convocatório da compra nacional preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

§ 9º-A Sem prejuízo da observância ao disposto no § 3º, à hipótese prevista no § 9º não se aplica o disposto nos § 1º-A e § 1º-B no caso de órgãos e entidades de outros entes federativos. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 10. É vedada a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação por meio de adesão a ata de registro de preços que não seja: (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

I - gerenciada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; ou (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

II - gerenciada por outro órgão ou entidade e previamente aprovada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

§ 11. O disposto no § 10 não se aplica às hipóteses em que a contratação de serviços esteja vinculada ao fornecimento de bens de tecnologia da informação e comunicação constante da mesma ata de registro de preços. (Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência)

"

2. Conforme o exposto no item 4 da Ata de Registro de Preços, a autorização para adesão como UASG não participante, "carona", em virtude dos itens deste instrumento serem **passiveis de uso por UASG do Exército Brasileiro, Marinha do Brasil sediadas em outras cidades do Amazonas (por exemplo), bem como de outro Órgão Civis que possam ter interesse em adquirir peças de motores de popa para suas respectivas embarcações, assim mantendo um ciclo de apoio para as Comunidades Indígenas que são Ribeirinhas ao Rio Negro.** Os itens são comuns por possuírem características usuais de marcado, principalmente na Região Amazônica, bem como outras UASG que necessitem das peças constantes deste certame. Mesmo se ocorresse a divulgação via IRP para adesão como unidades participantes, em alguns casos, algumas UASG poderiam não conseguiriam aderir dentro do prazo estabelecido e por não cumprirem com o previsto no § 6º, do Art. 6º, do Decreto 8.250, de 23 de maio de 2014, oportunamente.

3. Salienta-se que São Gabriel da Cachoeira/AM, cidade onde se situa a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, não possui muitas possibilidades de participantes em licitações, ocorrendo que empresas, sobretudo de Manaus

(capital do Amazonas), podem participar da presente licitação. É de conhecimento que Manaus possui várias empresas do ramo pertinente, e possibilitar a adesão neste processo licitatório pode ocorrer de algumas empresas manifestarem interesse em participar do envio das propostas com tal possibilidade, podendo haver a redução dos valores propostos devido a concorrência entre os eventuais licitantes. Assim, se observa que a possibilidade de adesão por órgãos não participantes ("carona") ocasionalmente influenciam nos preços das propostas uma vez que a economia de escala se faz presente mesmo que **indiretamente**, culminando então em vantajosidade para a administração.

4. **A previsão editalícia de Adesão as Atas de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 15/2022, traz vantajosidade (comprovada com propostas anexas) e agilidade da contratação, uma vez que a adesão a ata é um processo menos moroso do que um processo licitatório comum, como um Pregão Eletrônico. Ainda, devido a peculiaridade da região da Região do Rio Negro e do serviço a ser licitado a adesão pode possibilitar a inclusão das Comunidades Indígenas isoladas através de serviços públicos de outros Órgãos Civis os quais terão mais uma possibilidade de prestar apoio a pessoas que vivem em locais nitidamente isolados e de difícil acesso. Assim sendo, a presente licitação além dos interesses da Força Terrestre traz expectativas de chegada dos serviços públicos (através das embarcações supridas e manutenidas pelas peças desta licitação), como equipes de saúde, segurança, educação a locais que tanto necessitam. Estando este processo instruído conforme o Decreto nº 7.892/2013.**

5. Considerando o previsto na minuta da ata ARP, disponibilizada pela AGU "*As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade 50% (cinquenta por cento) das quantidades estabelecidas no Termo de Referência.*", **justifico a possibilidade de adesão no SRP 15/2022, para análise, junto a Essa Consultoria Jurídica**.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de outubro de 2022.

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 248
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

SRP 15/2022

1. Considerando, que a previsibilidade da subcontratação, consta no art. 7º do Decreto n. 8.538 de 2015:

   "Art. 7º Nas licitações para contratação de serviços e obras, os órgãos e as entidades contratantes ***poderão*** *estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (...)"* **grifei.**

   Percebe-se que tal previsibilidade em edital é facultativa e não obrigatória.

2. Considerando, que conforme MANUAL DE PREGÃO ELETRÔNICO TCU:

   "A entrega total do objeto a terceiro ou sub-rogação é vedada, sendo permitido ao contratado pela Lei 8.666/93 apenas subcontratar parte do fornecimento de bem ou da prestação dos serviços, nos limites estabelecidos no instrumento convocatório".

3. Considerando, que conforme a Lei 8.666/93:

   "Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração."

4. Considerando, que a presente licitação está dividida em itens e não há obrigatoriedade de contratação, pois há a dependência de disponibilidade orçamentária. Assim, conforme o recurso recebido pode ser contratado uma quantidade limita de peças. Como embasado no item 2 desta Justificativa *"**A entrega total do objeto a terceiro ou sub-rogação é vedada**"* caso fosse autorizada a subcontratação poderia ocorrer na totalidade de certo contrato, ferindo assim a Lei 8.666/93. Conforme TCU:

   "A clareza dessas lições doutrinárias leva a duas conclusões: ***primeiro, que apenas parte do objeto pode ser subcontratado, nunca sua integralidade.*** *Segundo, que a impossibilidade de existência de relação jurídica direta entre Administração e subcontratada desampara qualquer espécie de criação de vínculo entre essas partes, o que afasta, por conseguinte, a possibilidade de sub-rogar-se ou dividir-se, de forma solidária, a responsabilidade assumida originalmente pela contratada. Acórdão 2002/2005 Plenário (Voto do Ministro Relator)"*grifo nosso.

FL Nº 249
Rubrica

5. Considerando, que a Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União, traz junto a minuta *Termo de Referência-Modelo para Pregão Eletrônico Serviços Não Continuados/Atualização Junho/2021* a faculdade de aplicar a subcontratação no edital.

6. Considerando, que a Equipe de Planejamento não previu a possibilidade da subcontratação junto ao Estudo Técnico Preliminar, na fase de Planejamento da Contratação.

7. Assim, considerando a legislação vigente acerca do assunto, esta Administração entende que a exigência de subcontratação não deve se aplicar para o objeto desta licitação, em virtude da natureza do serviço, tendo em vista que a correta execução de parcela do serviço licitado, certamente causará danos ao contratante em caso de faltas por parte da subcontratada.

8. Diante do exposto, considerando a essencialidade e a viabilidade da contratação em tela, optamos pela não adoção de subcontratação do objeto licitado, com a finalidade de evitar prejuízos ao conjunto do objeto a ser, eventualmente, contratado.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de outubro de 2022

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 250
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

SRP 15/2022

DECLARAÇÃO DE USO DOS MODELOS DA CJU/AGU

Declaro, para os devidos fins de instrução necessária a presente licitação, que foram utilizados os modelos de edital e anexos referentes a Compras – Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU) junto ao link https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/compras-pregao-eletronico e que junto ao rodapé das minutas enviadas para análise jurídica consta a identificação dos modelos de acordo com o recomendado na primeira Nota Explicativa do "*Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras Atualização: Julho/2021*", transcrito a seguir: *"Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que dos modelos são os corretos."*.

Ainda, foram observadas as diretrizes dispostas na IN SEGES/MP nº 05/2017, incluindo seus anexos, e nos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a elaboração do presente processo licitatório.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de outubro de 2022.

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 251
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

JUSTIFICATIVA PARA SUPRESSÃO NA MINUTA DE EDITAL/ANEXOS DA CJU/AGU

SRP 15/2022

JUSTIFICATIVA

1. Considerando, como Declarado no presente processo, esta Unidade Gerenciadora (UASG 160515), utiliza os modelos de edital e anexos referente a Compras – Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU) junto ao link https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/compras-pregao-eletronico.
2. Considerando, que as minutas de edital e anexos disponibilizadas, possibilita uma análise criteriosa através das *Notas Explicativas* as quais são de extrema importância, trazendo informações e esclarecimentos sobre os itens adotados nas minutas.
3. Considerando, que a cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, extremo norte do Brasil, distante 850km da capital Manaus, possui grande dificuldade de na logística, não somente dos objetos desta licitação, como também de fornecimento de materiais diversos, como alimentos, por exemplo. Praticamente o único meio de transporte é o fluvial, através do Rio Negro, onde em períodos de seca tal transporte fica prejudicado ocasionando em aumento dos preços dos serviços de transporte para esta cidade.
4. Considerando, que o Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva está situado na cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM e também sofre com as dificuldades proporcionadas pelas peculiaridades da região da "Cabeça do Cachorro".
5. Considerando, que esta UGG **busca a proposta mais vantajosa para administração.**

6. Considerando, que as alterações (nas minutas de edital, termo de referência, ata, termo de contrato), realizadas constam detalhadas abaixo:

EDITAL – Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Edital modelo para Pregão Eletrônico: Compras Atualização: Fevereiro/2022

Subitem alterado	Minuta alterada (Edital)	Tipo de modificação (alteração/ supressão)	Razões que motivaram a alteração
1.4	Minuta de Edital	Acréscimo	O acréscimo do item visa dar ciência ao fornecedor que em caso de divergência entre a descrição dos códigos CATMAT e do anexo I-TR, prevalecerá do edital e anexos.
4.1.2		Alterado	Alterado para da ciência ao fornecedor, de forma resumida, quais itens serão exclusivos a ME/EPP e quais serão de Ampla Participação.
7.9		Suprimido	Suprimido os itens e respectivos subitens relativos ao modo de disputa "aberto". Será adotado o modo "aberto e fechado".
27.8.3		Acréscimo	Foi acrescido na redação original a possibilidade de solicitação de prorrogação enviada por e-mail. Tal acréscimo justifica-se devido o Chat do Comprasnet não possibilitar ao Pregoeiro receber mensagens no sistema dos fornecedores sem abrir tal possibilidade, onde ocorre de licitantes terem que enviar e-mail solicitando a abertura do chat para fins de se pronunciarem no sistema. No Chat o Pregoeiro tem que abrir a possibilidade do envio de mensagens clicando sobre o nome da empresa (uma de cada vez), assim a empresa tem a oportunidade de manifestar-se. Mensagens enviadas "Para todos" não possibilidade a todos de manifestarem. Sugestão de redação a seguir: ***27.8.3*** *É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.* ***A solicitação poderá ser feita por e-mail salc@2blogsl.eb.mil.br antes de finfo o prazo.*** Em negrito a sugestão.

TERMO DE REFERÊNCIA – Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras Atualização: Julho/2021

Item/Subitem alterado	Minuta alterada (Termo de	Tipo de modificação (alteração/	Razões que motivaram a alteração

	Referência)	supressão)	
1.7	Termo de Referência	Acrescido	Com a expressão "*Para os itens 1 e 3 a Participação será Ampla. Para os itens 2 e 4 a participação será exclusiva para ME/EPP pois são cotas reservadas dos itens 1 e 3 em conformidade ao art. 48 Lei Complementar nr 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto 8.538/15.*", visando reforçar aos licitantes os itens com cotas e com ampla participação.
1.8		Acrescido	Com a expressão "*Havendo divergência entre o descritivo do código CATMAT e da especificação constante no Termo de Referência, prevalecera para fins de proposta e cumprimento da mesma o previsto no presente Termo de Referência*". visando reforçar aos licitantes que mesmo com a divergência entre o descritivo CATMAT e o previsto no TR, prevalecerá para fins de proposta o previsto no TR.
6.2		Suprimido	A minuta " *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a ..... (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante*" acabou por ser suprimida pois não tem relação com a presente licitação.
7.3		Acréscimo	Foi acrescido o item 7.3 na seguinte redação: *7.3 Em complemento ao item 8.3 deste Termo de Referência, na ausência da tabela da fabricante ou montadora, a CONTRATANTE (Setor Requisitante) realizará um orçamento com pesquisa de valores de mercado junto às concessionárias da rede autorizadas da fabricante e o entregará, ficando a CONTRATADA obrigada a fornecer com os valores orçamentados pela CONTRATANTE.* Tal redação visa resguardar a Contratante na manutenção da proposta mais Vantajosa no desconto aplicado junto a Tabela do Fabricante.
8.3 – 8.3.1		Acréscimo	Foi acrescido o item 8.3 na seguinte redação: *"O critério de julgamento adotado será o MAIOR DESCONTO aplicado sobre a tabela oficial de preços dos respectivos fabricantes, conforme marca do equipamento. Tal tabela deverá ser fornecida atualizada pela empresa Homologada em período anterior a Contratação após solicitação do Setor Requisitante para fins de análise dos valores.* *8.3.1 Na ausência da tabela da fabricante ou montadora, a CONTRATANTE realizará um orçamento com pesquisa de valores de mercado junto*

			às concessionárias da rede autorizadas da fabricante e o entregará, ficando a CONTRATADA obrigada a fornecer com os valores orçamentados pela CONTRATANTE" Tal redação visa prever acesso ao Setor Requisitante da tabela utilizada pelo empresa Homologada.
17.5		Alterado	A minuta "O critério de julgamento da proposta é o menor preço global." Foi adequada para atender a característica da licitação de maior desconto: *"17.5 O critério de Julgamento será o de maior desconto por item."*

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Ata de Registro de Preços – modelo – pregão compras Atualização: Dezembro/2019

Item/Subitem alterado	**Minuta alterada (Contrato)**	**Tipo de modificação (alteração/ supressão)**	**Razões que motivaram a alteração**
4.1	Ata de Registro de Preços	Alterado	Foi adotado o item que autoriza a adesão, conforme justificativa anexa ao Processo.
8.3		Suprimido	Pois não ocorre o agrupamento (lote-grupo) de itens e sim o parcelamento por adjudicação por item unitário. A adjudicação será por item.

CONTRATO – Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Termo de Contrato – Modelo para Pregão Eletrônico – Compras Atualização: Julho/2020

Item/Subitem alterado	**Minuta alterada (Contrato)**	**Tipo de modificação (alteração/ supressão)**	**Razões que motivaram a alteração**
*	Minuta Contrato	*	*

8 Considerando, que a licitação pública, além da vantajosidade com menor preço (maior desconto) a contratar, também possui papel de extrema importância para o desenvolvimento regional.

9 Assim sendo, com a tais alterações, conforme possibilidade expostas nas Notas Explicativas e demais justificativas apresentadas, esta Administração busca ampliar a concorrência na presente

FL Nº 255
Rubrica

licitação o que pode trazer redução de custos futuros, em eventuais contratações, proporcionalizando maior economia nos gastos para Administração Pública.

10 Por fim, ratifico as alterações acima relatadas e justificadas nos autos do presente processo, nas Minutas de Edital e anexos, e remeto-as para fins de análise jurídica Dessa Consultoria.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de outubro de 2022.

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 256
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE DE CUSTEIO

SRP 15/2022

Declaro para os devidos fins que o objeto da eventual Contratação pretendida através do presente processo licitatório **NÃO** se enquadra em atividade de custeio de acordo com o Art. 3º, § 1º, do Decreto Nr 9.507, de 21 de setembro de 2018, da PORTARIA N º 534, DE 2 DE JUNHO DE 2020 do Comandante do Exército e Art. 2º da PORTARIA ME Nº 7.828, DE 30 DE AGOSTO DE 2022 do Ministro de Estado da Economia onde diz:

"Art. 2º Consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;

II - os serviços de conservação, limpeza, jardinagem, mensageria, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;

III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis;

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos; e

VI - aquisição de materiais de expediente.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa."

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de outubro de 2022.

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 257
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

SRP 15/2022

DECLARAÇÃO DE USO DOS MODELOS DA CJU/AGU

Declaro, para os devidos fins de instrução necessária a presente licitação, que foram utilizados os modelos de edital e anexos referentes a Compras – Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02, disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU) junto ao link https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/compras-pregao-eletronico e que junto ao rodapé das minutas enviadas para análise jurídica consta a identificação dos modelos de acordo com o recomendado na primeira Nota Explicativa do "*Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras Atualização: Julho/2021*", transcrito a seguir: *"Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que dos modelos são os corretos."*.

Ainda, foram observadas as diretrizes dispostas na IN SEGES/MP nº 05/2017, incluindo seus anexos, e nos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a elaboração do presente processo licitatório.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 27 de outubro de 2022.

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Fls. Nº 258

Ass

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CAMARA NACIONAL DE MODELOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CNMLC/DECOR/CGU

LISTAS DE VERIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (SALVO DE ENGENHARIA E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)

Notas Explicativas

As seções e/ou listas específicas que não forem aplicáveis ao presente caso deverão ser removidas.

A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:

Sim: atende plenamente a exigência
Não: não atende plenamente a exigência
Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado

Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

A utilização dessa Lista pressupõe a utilização dos modelos de Edital, de Termo de Referência e de Contrato da AGU, pois esses modelos trazem os requisitos mínimos necessários para tais documentos, além de trazer alertas importantes sobre cautelas a serem adotadas. A preocupação maior dessa Lista é com a instrução do processo.

Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COMUNS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico, nos termos da ON-AGU nº 2/2009?[1]	Resposta Sim	4
2. Consta o documento de formalização da demanda, elaborado pelo setor requisitante do serviço, nos termos do modelo do Anexo II, IN SEGES 05/2017?	Resposta Sim	15

Fls. Nº 259

Ass.

2.1. A contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelo art. 9º da IN SEGES 05/2017?	Resposta Não incide	45
2.2 Há manifestação sobre a observância do alinhamento com o Plano Estratégico do órgão ou entidade, quando houver?[2]	Resposta Sim	11
2.3. Da solicitação/requisição constam os itens do inciso I do art. 21 da IN/SEGES 5/2017?	Resposta Sim	15-38
2.4. O objeto requisitado está contemplado no Plano de Contratações Anual, de acordo com o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022?[3]	Resposta Sim	11
3. Foi instituída Equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitação?[4]	Resposta Sim	5-7
4. Foi elaborado e juntado ao processo os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes da IN SEGES/MP nº 40/2020? [5] [6]	Resposta Sim	29
4.1. Os estudos desenvolvidos atenderam a todas as exigências do art. 7º da IN SEGES 40/2020?	Resposta Sim	29
4.2. A não previsão, nos estudos preliminares, de qualquer dos conteúdos do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020 foi devidamente justificada no próprio documento?[7]	Resposta Não se Aplica	—
4.3. Consta a aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente?[8]	Resposta Sim	37
5. Foi elaborado e junto aos autos o Mapa de Riscos previsto no art. 26, §1º, incisos I e II, de acordo com o modelo do anexo IV da IN/SEGES 5/2017?[9] [10]	Resposta Sim	27
5.1. O mapa confeccionado atende às exigências do art. 25 da IN/SEGES 5/2017?	Resposta Sim	27
5.2. No caso de serviços **com regime de dedicação exclusiva de mão de obra** foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?[11]	Resposta Não se Aplica	-
5.2.1. Optou-se por uma das formas de controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)?	Resposta Não se Aplica	—
5.2.2. Justificou a opção na forma do §2º do mesmo artigo 18?	Resposta	—
6. O Termo de Referência ou Projeto Básico elaborado pelo setor requisitante baseou-se nos Estudos Técnicos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Diretrizes constantes do Anexo V, da IN 5/2017?[12]	Resposta Sim	162
6.1. Foram utilizados os modelos de minutas padronizadas de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V da IN/SEGES 05/2017?	Resposta Sim	257
6.1.1. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de termo de referência da AGU?	Resposta Sim	250
7. Foram observadas as orientações dos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no que couber?[13]	Resposta Sim	208

Fls. nº 260

Ass.

8. Houve consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, com manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados na contratação?[14]	Resposta Sim	208
9. Consta a aprovação do termo de referência ou do projeto básico pela autoridade competente?[15]	Resposta Sim	224
10. Constam estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado nos termos da IN SEGES/ME nº 73/2020?[16]	Resposta Sim	53-68
10.1 Consta manifestação da área técnica com análise dos preços obtidos na pesquisa?[17]	Resposta Sim	53-68
10.2 No caso de **serviços com dedicação exclusiva de mão de obra**, consta planilha de formação de preços nos termos do subitem 2.9, "b" do Anexo V da IN SEGES/MP nº 5/2017?	Resposta Não se Aplica	—
11. Tratando-se de atividade de custeio, foi observado o art. 3º do Decreto 10.193?	Resposta Não se Aplica	—
12. Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica, caso não seja SRP?[18]	Resposta Não se Aplica	—
12.1. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?[19] [20]	Resposta Não se Aplica	—
13. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral União?[21]	Resposta Sim	257
13.1. Eventuais alterações nos modelos ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	Resposta Sim	250

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2 - ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO PRECEDIDA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
14. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto como sendo serviço comum?[22]	Resposta Sim	122
14.1 Sendo enquadrado o objeto como serviço comum, foi adotado o pregão?[23]	Resposta Sim	122
15. Sendo adotado o pregão, a autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio?[24]	Resposta Sim	5-7
15.1. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico?[25]	Resposta Não se Aplica	—
16. Sendo adotada modalidade de licitação diversa do pregão, consta designação da Comissão de Licitação?[26]	Resposta Não se Aplica	—
17. Há autorização da autoridade competente permitindo o	Resposta Sim	412

Fls. Nº 261
Ass.

início do procedimento licitatório?[27]		
18. Há minuta de edital?[28]	Resposta Sim	185
18.1. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos convocatórios da Advocacia-Geral União?[29]	Resposta Sim	757
18.1.1. Eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas no processo?	Resposta Sim	750
18.2. A minuta de contrato ou de instrumento assemelhado constitui anexo à minuta do edital?[30] [31]	Resposta Sim	734, 739
18.3. Tratando-se de modalidade diversa do pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários está anexo ao edital?[32]	Resposta Não se Aplica	—
19. Os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos foram devidamente identificados no processo?[33]	Resposta Sim	5-7

LISTA DE VERIFICAÇÃO 3 - <u>ESPECÍFICA PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</u>	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
20. Autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto 7.892/2013?	Resposta Sim	122
21. Foi realizado procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados?[34]	Resposta Sim	143
21.1. No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa do órgão gerenciador?[35]	Resposta Não se Aplica	—
21.2. Foram adotadas pelo órgão gerenciador as medidas do §3º do art. 4º do Decreto 7.892/2013?	Resposta Sim	180
22. No caso de existir órgãos ou entidades participantes, o órgão gerenciador consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo?[36]	Resposta Sim	181
23. Foram consolidados os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º do Decreto 7.892/13?[37]	Resposta Não se Aplica	Entrega prevista para mesmo critério do UGB. 167-176
24. O órgão gerenciador confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência?[38]	Resposta Sim	146-178
25. Foi utilizado o modelo padronizado de ata de registro de preços da Advocacia-Geral da União?[39]	Resposta Sim	734, 757
25.1. Eventuais alterações no modelo ou sua não utilização	Resposta Sim	750

Fls. Nº 262

Ass.

foram devidamente justificadas no processo?		
26. O Edital permite a adesão a não participantes? (Art. 22 do Decreto nº 7.892/13)	Resposta Sim	245
26.1 Houve justificativa para a permissão de futura adesão de interessados não-participantes? (Acórdão nº 757/2015 – Plenário do TCU)	Resposta Sim	245-234
26.2 Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos para máximos por adesão e totais, nos termos do art. 22, §§ 3º, 4º e 4º-A do Decreto nº 7.892/13?	Resposta Sim	234
27. A licitação adota o critério de adjudicação por item?	Resposta Sim	185
27.1 Caso utilizado critério de adjudicação por preço global de grupo de itens, foi apresentada justificativa?[40]	Resposta Não se Aplica	–

LISTA DE VERIFICAÇÃO 4 - ESPECÍFICA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO[41]	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
28. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto dentro das hipóteses do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou de legislação específica pertinente, com indicação expressa do fundamento legal utilizado?[42]	Resposta	
28.1. Nas hipóteses do art. 24, incisos IV e XXXV, houve demonstração da caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, conforme o caso, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso I da Lei nº 8.666/93?	Resposta	
29. Constam dos autos as razões para escolha do executante a ser contratado?	Resposta	
30. Consta dos autos prova: a) de regularidade fiscal federal; b) de regularidade com a Seguridade Social; c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; d) de regularidade trabalhista; e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7o da Constituição Federal; e f) ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão (artigo 27 e seguintes da Lei 8.666/1993)?[43]	Resposta	
31. Foi juntada aos autos consulta ao CADIN? (art. 6º, III da Lei nº 10.522/02)[44]	Resposta	
32. Houve o reconhecimento da dispensa de licitação e a sua ratificação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a publicação do respectivo extrato, no prazo de 5 (cinco) dias?[45]	Resposta	

Fls. Nº 263

[1] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: *"os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."*

[2] art. 1º, inc. III, IN SEGES 05/2017

[3] Obs.1: Atentar para as exceções à obrigatoriedade de registro no Plano anual previstas no art. 7º do Decreto. Considerando que o art. 22 estende a aplicação dos seus termos às contratações do regime da Lei nº 8.666/93, muito embora sejam citados dispositivos da Lei nº 14.133/21, também estão incluídas as contratações enquadradas nos dispositivos correlatos das Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11, onde aplicável.

[4] art. 21, inc. III, IN/SEGES 5/2017

[5] art. 20, art. 24 da IN SEGES/MP nº 5/2017 e IN SEGES/ME nº 40/2020

[6] Obs.1: O art. 8º, I da IN SEGES/ME nº 40/2020 estabelece que é facultada a elaboração dos Estudos Preliminares nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Obs.2: Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos que não forem estabelecidos como padrão (art. 7º, §3º da IN SEGES/ME nº 40/2020)

[7] art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 40/2020

[8] art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/19

[9] arts. 20 e 26 da IN/SEGES 5/2017

[10] Obs.: O §2º do artigo 20 da IN 05/2017 estabelece que ficam dispensadas da elaboração do mapa de riscos, na fase de planejamento da contratação, as contratações de serviços cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

[11] art. 18, §1º, IN/SEGES 5/2017

[12] art. 3º, XI do Decreto 10.024/19, art. 27 e 28, §2º, IN/SEGES 05/2017

[13] art. 29, IN/SEGES 05/2017

[14] IN SLTI/MP nº 1/2010, art. 5º

[15] art. 14, II, do Decreto 10.024/19; art. 7º, §2º, I da Lei 8.666/93

[16] art. 3º, III, da Lei 10.520/02, art. 3º, XI, "a", "2" do Decreto 10.024/19, arts. 15, V e §1º, e art. 43, IV, da Lei 8.666/93.

[17] art. 3º e art. 6º, §3º, da IN 73/2020

[18] art. 8º, IV, do Decreto 10.024/19 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei 8.666/93

[19] ON/AGU 52/2014

[20] Obs. 1: ON AGU 52: *"As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000."*

[21] Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[22] ON AGU nº 54/2014: *Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.*

[23] art. 1º da Lei 10.520/02; art. 1º do Decreto 10.024/2019

[24] art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei 10.520/02, art. 8º, VI do Decreto 10.024/19

[25] art. 1º, §4º do Decreto 10.024/2019

[26] art. 38, III, da Lei 8.666/93

[27] art. 38, caput, da Lei 8.666/93 e art. 8º, V do Decreto nº 10.024/19

[28] art. 4º, III, da Lei 10.520/02, art. 8º, VII do Decreto nº 10.024/19 e art. 40 da Lei 8.666/93

[29] Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017

[30] art. 40, §2º, III, da Lei 8.666/93

[31] Obs. 1: se a Administração Pública desejar substituir o contrato por outros instrumentos hábeis na forma do art. 62 da Lei 8.666/93, deverá justificar a decisão.

Fls. Nº 264
Ass.

[32] art. 40 , §2º, II, da Lei 8.666/93
[33] art. 21, VI, da IN CONJUNTA MP/CGU 01/2016
[34] art. 4º e 5º, I, do Decreto 7.892/13
[35] art. 4º, §1º, do Decreto 7.892/13
[36] art. 5º, II, do Decreto 7.892/13
[37] art. 5º, IV, do Decreto 7.892/13
[38] art. 5º, V, do Decreto 7.892/13
[39] Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas
[40] Atentar para a recomendação do TCU, emanada no acórdão 2037/2019-Plenário, nos seguintes termos:
9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em reforço ao constante do item 9.3 do Acórdão 757/2015-Plenário, oriente suas unidades sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços: [...]
9.6.3. obrigatoriedade da adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas, sendo a adjudicação por preço global medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de incompatível com a aquisição futura por itens - arts. 3º, § 1º, inciso I, 15, inciso IV, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, e Acórdãos 529, 1.592, 1.913, 2.695 e 2.796/2013, todos do Plenário.
[41] OBS: Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 46, de 26/02/2014, a manifestação jurídica nas contratações diretas pelo pequeno valor (fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93) é dispensável quando inexistir dúvida jurídica e forem usadas minutas padronizadas (como as minutas da AGU).
[42] OBS 1: Orientação Normativa AGU n. 12, de 01/04/2009: *Não se dispensa licitação, com fundamento nos incs. V e VII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, caso a licitação fracassada ou deserta tenha sido realizada na modalidade convite.*
OBS 2: Orientação Normativa n. 13, de 01/04/2009*: empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a administração pública, para os fins de dispensa de licitação com fundamento no inc. VIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993.*
OBS 3: Orientação Normativa n. 14, de 01/04/2009: *Os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inc. XIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição.*
[43] OBS: A consulta deve ser feita nos seguintes endereços:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS);
OBS 2: Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
[44] OBS: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.
[45] OBS: Registre-se que a Orientação Normativa AGU n. 33, de 13/12/2011, dispensa a publicação do extrato contratual caso seja publicado o ato de autorização/ratificação da contratação direta.
OBS 2: Nos termos da Orientação Normativa AGU n. 34, de 13/12/2011, as contratações diretas fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 dispensam inclusive a publicação do ato que autoriza/ratifica a contratação direta, sem prejuízo de outros meios de publicidade do ato.

FL Nº 265
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

OFÍCIO Nº 08/2022 – SALC/2º B Log SL/2ª Bda Inf Sl

São Gabriel da Cachoeira - AM, 28 de outubro de 2022.

Ao(À) Ilmo(a). Senhor(a)
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO
Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas
Av. Tefé, nº 611 – Ed. José Higino de Sousa Netto – Bairro: Praça 14

Assunto: Análise Jurídica.

Senhor Consultor Jurídico,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito para análise jurídica, de acordo com o art. 38 da Lei n. 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar n. 73, de 1993, conforme o seguinte formulário para tramitação:

DATA LIMITE: Quinze dias	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: * DATA LIMITE: Quinze dias FLS: 267
e-mail: salc@2blogsl.eb.mil.br	Telefone: (97) 3471-3039
NUP:	Nº de volumes: 2 (dois)
Valor: R$ 1.801.734,00	Modalidade: Pregão Eletrônico - SRP
Prazo: 60 dias	Sigla do Órgão: 2º B Log SL, subordinado ao Cmdo 2ª Bda Inf Sl (UASG - 160515)
Data de abertura do processo: 16/08/2022	
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? (x) SIM ( ) NÃO	
Qual o modelo utilizado: **edital**: Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Edital modelo para Pregão Eletrônico: Compras Atualização: Fevereiro/2022 **Ata:** Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Ata de Registro de Preços – modelo – pregão compras Atualização: Dezembro/2019 **TR**: Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Termo de	

FL Nº 266
Rubrica

Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras Atualização: Julho/2021 **Contrato:** Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Ata de Registro de Preços – modelo – pregão compras Atualização: Dezembro/2019 **Obs:** modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU) junto ao link https://www.gov.br/agu br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoesecontratos/compras-pregao-eletronico.
Houve alteração? (x) SIM ( ) NÃO
Relação dos itens modificados: Conforme documento presente no referido Processo Licitatório

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo NUP 64125.001805/2022-61, objetivando auxiliar a verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 28/10/2022.

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO			
Assunto/Objeto: **Eventual contratação de serviços de manutenção de embarcações.**			
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: AQUISIÇÕES			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.	X	**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	

Fls. Nº 768
Ass.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE

DESPACHO n. 00779/2022/CJU-AM/CGU/AGU

NUP: 64125.001805/2022-61
INTERESSADOS: COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA - CMDO 2ª BDA INF SL
ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

1. Trata-se do processo **NUP 64125.001805/2022-61** de interesse do **2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA - 2º B LOG SL / COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA - CMDO 2ª BDA INF SL,** conforme Ofício nº 08/2022 - SALC/2º B Log Sl/2ª Bda Inf Sl, de 28 de outubro de 2022.

2. Os presentes autos foram encaminhados de forma eletrônica, sendo analisados os seguintes documentos para a identificação da e-CJU correspondente:

- Minuta do Edital (fls. 185/205);
- Estudo Técnico Preliminar - ETP (fls. 225/232);
- Necessidade da Contratação (Justificativa do Ordenador de Despesas, fls. 45/47 e item 2 do ETP, fls. 226/228);
- Termo de Referência (fls. 208/223);
- Minuta da Ata de Registro de Preços (fls. 234/238); e
- Minuta do Termo de Contrato (fls. 239/242).

3. Foi utilizado o ofício modelo da CGU/AGU para o envio de documentos e o preenchimento do documento está completo.

4. **Sobrestamento** em **28/10/2022**, de acordo com o Ofício nº 08/2022 - SALC/2º B Log Sl/2ª Bda Inf Sl.

5. **Objeto da licitação:** Eventual aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa, utilizando a modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

6. **Valor da contratação** estimado em **R$ 1.801.734,00** (um milhão, oitocentos e um mil, setecentos e trinta e quatro reais), de acordo com o subitem 18.1 do Termo de Referência, fl. 223.

7. O Órgão inseriu a documentação no **Sistema Sapiens** no dia **03/11/2022**, conforme sequencial **02/11**.

8. O Órgão solicitou no ofício de encaminhamento o **prazo de 15 (quinze) dias** para a análise pela consultoria e, apesar da solicitação de análise emergencial na observação do ofício de encaminhamento, não consta nos autos qualquer justificativa para análise processual com urgência.

9. **Ausentes os requisitos do §1º, do art. 13, da Portaria AGU nº 14, de 23 de janeiro de 2020.**

10. Ao protocolo para a distribuição à **e-CJU Aquisições**, na forma do §1º, do art. 1º, da Portaria AGU nº 14, de 23 de janeiro de 2020.

Manaus, 04 de novembro de 2022.

ALLAN C. M. MAGALHÃES
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO SUBSTITUTO DA UNIÃO NO AMAZONAS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64125001805202261 e da chave de acesso c84236fa

Fls. Nº 769

Ass.

Documento assinado eletronicamente por ALLAN CARLOS MOREIRA MAGALHÃES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponivel com o código 1028982255 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): ALLAN CARLOS MOREIRA MAGALHÃES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 04-11-2022 18:00. Número de Série: 772182694104883361993962756O6. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Fls. Nº 770
Ass.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES
NÚCLEO JURÍDICO

PARECER n. 05410/2022/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU

NUP: 64125.0018Dc05/2022-61
INTERESSADOS: COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA - CMDO 2ª BDA INF SL
ASSUNTOS: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
VALOR ESTIMADO:R$1.801.734,00

EMENTA: LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO. AQUISIÇÕES. SRP. Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para fins de aquisição peças de geradores, pelo Sistema de Registo de Preços. **Licitação Híbrida** - Pela legitimidade do procedimento, desde que observadas as recomendações deste opinativo.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo oriundo do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro, por meio do **COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/Grupo de Coordenação de Aquisições, Licitação e Contratos (gerenciador),** que tem por objeto o registro de preços para eventual e futura aquisição de **peças de geradores,** visando atender as necessidades do Comando e de unidades apoiadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e discriminado no Termo de Referência, com esteio na Lei n. 10.520/2002 e legislação correlata.

2. Para fins específicos de análise da presente licitação destacamos do processo os seguintes documentos:

- Termo de Abertura e autuação (fls.01/04);
- Designação da Equipe de Planejamento da Contratação e ciência (fls.05/06 e 10);
- Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio (fl.07/08);
- Enquadramento no Plano Anual de Contratação - PAC (fls.11/14);
- Documento de Formalização da Demanda (fls.15/17);
- Mapa de Riscos (fls.18/26);
- Documentação do órgão participante (fls.27/36 e 146/184);
- Aprovo do ETP (fl.37);
- Justificativa da Contratação (fls.38/41 e 49/51);
- Autorização para abertura do procedimento (fls.42);
- Justificativa para o parcelamento dos itens (fls.43/44);
- Motivação para a aquisição das peças para motores de popa, declaração de bens comuns e de adoção do Sistema de Registro de Preços (fls.45/47);
- Justificativa de Quantitativo (fls.48);
- Planilha de consumo (fls.52);
- Relatório de Pesquisa de Preços (fls.53/54);
- Mapa Comparativo de Preços (fls. 55/60);
- Justificativa para a escolha do Fornecedor (fls.61/66);
- Justificativa de Pesquisa de Preços direta com fornecedores (fls.67);
- Pesquisa de Preços nos termos da IN nº 73/20 (fls.68/123);
- Justificativa para a adoção do SRP (fls.124);
- Justificativa para a vedação de consórcios (fls.125/126);
- Termo de Referência e aprovo (fls.127/140);
- Declaração de enquadramento em atividade de Custeio (fls.141 e 256);
- Declaração prévia de disponibilidade orçamentária (fls. 142);
- Quadro IRP (fls.143/145);

Fls. Nº 7-1
Ass.

- Minuta do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 15/22 (fls.185/206);
- Termo de Referência - versão final e aprovo (fls.207/224);
- Estudo Técnico Preliminar (fls.225/233);
- Minuta da Ata de Registro de Preços (fls.234/238);
- Minuta do Termo de Contrato (fls.239/242);
- Minuta da Nota de Empenho (fls.243/244);
- Justificativa para autorização para a adesão à ARP (fls.245/247);
- Justificativa para a vedação de subcontratação (fls.248/249);
- Declaração de adoção das Minutas padrão da AGU (fl.250 e 257);
- Justificativa para as alterações realizadas nas Minutas padronizadas (fls.251/255);
- Lista de Verificação (fls.258/264);
- Ofício n° 08/2022 de encaminhamento dos autos à CJU-AM (fls.265/267);

3. É o relatório

II - FUNDAMENTAÇÃO
DOS REQUISITOS DA FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO

4. De início, compete registrar que o órgão consulente utilizou modelos padronizados disponibilizados pela Advocacia-Geral da União, com fulcro no art. 29 e art. 35 da Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão **(fls. 250 a 257).**

5. Quanto aos requisitos formais na fase interna do procedimento licitatório, há de se apontar que a Administração Pública deve instruí-lo de acordo com os elementos constantes dos atos normativos cabíveis, especialmente aqueles insertos no *caput* do art. 38, da Lei nº 8.666/93, *verbis:*

> *Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura do processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:*
>
> *(...).*

6. Ressalve-se, por oportuno, que a necessidade de formalização dos processos administrativos com a consequente autuação, numeração, instrução, etc, ficou ainda mais patenteada com o advento da Lei nº 9.784, de 1999, como se vê dos arts. 5º, 22, §§ 1º e 4º, 29, § 1º, desse diploma legal.

7. Em igual sentido preconiza o art. 8º, da Lei nº 10.520/2002, para o qual *"os atos essenciais do pregão, inclusive decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos do regulamento previsto no art. 2º".*

8. No art. 3º, o mesmo diploma estabelece que a fase preparatória do pregão observará o seguinte:

> I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
>
> II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
>
> III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e
>
> IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

9. Complementando, o art. 8º, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, diz que o processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

> *I - estudo técnico preliminar, quando necessário;*
>
> *II - termo de referência;*
>
> *(...).*

fls. Nº 772

10. Compulsando os autos, verifica-se que os requisitos formais e legais da fase preparatória do processo foram preenchidos, eis que *autuado*, *protocolado* e *numerado*, contém a *autorização* ***(fls.42)*** respectiva, a indicação do seu objeto, assim como Ato de designação de Pregoeiro e de Equipe de Apoio **(fls.07/08),** da Equipe de Planejamento da Contratação **(fls. 05/06 e 10)** e, também, o Estudo Técnico Preliminar **(fls.225/233),** Documento de Formalização de Demanda **(fls.15/17)** e o Termo de Referência **(fls. 207/224).**

DA MODALIDADE ESCOLHIDA

11. Desde que os bens e serviços sejam considerados "comuns", ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado (Lei nº 10.520, de 2002, art. 1º, parágrafo único), haverá a possibilidade de se licitar por meio de Pregão na forma Eletrônica.

12. Nesse sentido, o disposto no art. 1° do Decreto n° 10.024/2019, destacando em seu § 1° a obrigatoriedade de utilização do instituto nos casos de aquisição de bens e contratação de serviços comuns, assim estabelece:

> *Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.*
>
> *§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.*
>
> *(...)*

13. Na direção do que considera *bens e serviços comuns*, cuidou a norma acima citada de apresentar em seu art. 3º, inciso II, a seguinte definição:

> *Art. 3º. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:*
>
> *(...)*
>
> *II - **bens e serviços comuns** - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;*

14. No presente caso, o órgão licitante aqui assistido declarou expressamente tal condição de *bens comuns*, no respectivo Termo de Referência, Cita-se que a Orientação Normativa nº 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, dispõe:

> "Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável."

15. Assim, sendo certificado pelo setor competente a natureza dos bens a serem adquiridos – *bens comuns,* entende-se justificada a eleição da modalidade Pregão Eletrônico para a licitação em apreço **(item 4 do TR e declaração de fls.45/47 e 124).**

DA JUSTIFICATIVA E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

16. A necessidade de contratação da Administração deverá ser justificada e planejada, nos termos do que dispõem o art. 3º, I da Lei nº 10.520, de 2002.

17. O princípio da motivação é imperativo nos processos administrativos, consoante prescreve o art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999. A necessidade da justificativa da contratação pela autoridade competente também é determinada nos dispositivos acima mencionados e não é exigência meramente formal do processo, mas material, substancial, imprescindível para revestir de legitimidade a decisão administrativa acerca da contratação.

18. Dos autos constam a justificativa e a necessidade da contratação, apresentadas no item 1 **(fl.15)**, do documento "FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA", e item 2, do documento "Estudo Técnico Preliminar **(fls.226/227 e 45/51).**

19. Vale lembrar, no tocante a esse tópico, que não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. Seu papel é recomendar que tal justificativa seja a mais

Fls. Nº 693
Ass.

completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à legalidade, pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados.

20. Os aspectos técnicos, administrativos e de conveniência e oportunidade do presente processo não se mostram afetos ao consultivo jurídico, consoante entendimento sedimentado na "Boa Prática Administrativa BPA nº 07 – Manual de Boas Práticas Consultivas" da CGU/AGU, cabendo, na oportunidade, assessorar o órgão nos aspectos de cunho estritamente jurídico, a fim de preservar a juridicidade e legalidade dos atos e contratos administrativos.

21. Ressalte-se que a justificativa da contratação deve compreender também os quantitativos estimados, condizentes com a utilização/consumo provável do órgão, aferido mediante adequadas técnicas para tanto, pois dela dependerá o cálculo do valor contratual. Nesse sentido, o art. 7º, § 4º, e art. 15, § 7º, inciso II, da Lei nº 8.666/93:

> *Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:*
>
> *(...);*
>
> *§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços* ***sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.***
>
> (...). *Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:*
>
> *(...).*
>
> *§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:*
>
> *I – (...);*
>
> ***II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;***
>
> *(...).*

22. Dessa forma, é dever reforçar, nesse item, que para proceder à justificativa dos quantitativos dos itens a serem adquiridos, é imperativo que o órgão promova o seu levantamento a partir dos elementos necessários à sua demonstração, visando a reforçar a metodologia utilizada para a previsão idônea do que se pretende contratar.

23. No caso ora em apreço, nos autos o órgão licitante indica a estimativa das quantidades a serem contratadas no documento **(item 3 do ETP e fl.48)**

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

24. O Sistema de Registro de Preços – SRP, é um procedimento especial de licitação criado para selecionar proposta mais vantajosa para eventual e futura contratação, nos termos do art. 15, da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 7.892/2013.

25. O art. 3º do Decreto nº 7.892 elenca as hipóteses nas quais esse Sistema poderá ser adotado, quais sejam:

> I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
>
> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
>
> III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
>
> IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

26. No âmbito da AGU, o entendimento é de que somente poderá ser utilizado o SRP quando for possível o enquadramento da contratação nas hipóteses do art. 3º do Decreto nº 7.892/13, consoante Parecer nº 109/2013/DECOR/CGU/AGU. De modo similar, o Tribunal de Contas da União consolidou a mesma orientação, consoante diversificadas decisões daquela Corte.

27. Conforme definido no referido Parecer nº 109/2013/DECOR/CGU/AGU e na orientação jurisprudencial do TCU, as hipóteses constantes do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013 devem ser consideradas *numerus clausus*, não comportando a utilização do SRP fora dos casos previstos. Ou seja, se a contratação não se adequar às hipóteses do mencionado artigo, não poderá ser realizado SRP, devendo a Administração contratar através de pregão eletrônico comum.

Fls. Nº 174
Ass.

28. Para o presente certame, o órgão licitante justificou a opção pelo Sistema de Registro de Preços - SRP no documento "JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO PREGÃO POR SRP" **(fl.124).**

LICITAÇÃO HÍBRIDA

29. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00.

30. Da mesma forma, o art. 6º do Decreto 8.538, de 2015, estabelece que as licitações para contratações públicas de bens, serviços e obras, cujo valor esteja abaixo de R$ 80.000,00, deverão ser destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

31. No que tange a incidência do valor limite da licitação exclusiva por item de contratação, independentemente do valor global do certame, o inciso I do artigo 48 da LC 123/2006 é claro ao informar que a licitação exclusiva deverá ser realizada nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

> **Art. 48.** Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
>
> **I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)**
>
> II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
>
> III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
>
> § 1o (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
>
> § 2o Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
>
> § 3o Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

32. Na hipótese vertente, como se verifica no **item 4.1.2 do Edital**, vários itens a serem licitados, cujos valores totais, individualmente considerados, são superiores a R$ 80.000,00, e para os tais a licitação **será aberta à ampla competição**.

33. Por seu turno, há também itens cujos valores totais, individualmente considerados, são inferiores a R$ 80.000,00 e com relação a estes, como previsto no **item 4.1.2 do Edital**, a participação será exclusiva às ME/EPP. Mencione-se que essa regra de licitação diferenciada (itens exclusivos) é admitida expressamente pelo inciso I do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006.

DO TERMO DE REFERÊNCIA

34. O Termo de Referência é o documento que deverá conter as informações e os elementos técnicos necessários para assegurar a viabilidade da contratação, sobretudo em relação à avaliação do custo, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia e suprimento, e o prazo da execução do contrato.

35. Trata-se de documento obrigatório nos autos do procedimento de pregão, que deverá ser aprovado motivadamente pela autoridade competente (Decreto n° 10.024, de 2019).

36. O Termo de Referência cuida de aspectos diversos, que vão desde a definição segura do que se pretende adquirir ou contratar, até a regulamentação quanto ao que se deve exigir para a comercialização do objeto ou do serviço ao órgão licitante. Assim sendo, abarca temas (e conteúdo) respeitantes à etapa interna, mas também se projeta no procedimento para a etapa externa, para a execução e também para o controle. Nota-se que no caso em destaque o Termo de Referência **(fls. 0029635571)** foi aprovado.

37. Com efeito, por ser uma peça eminentemente técnica, cujo conteúdo ultrapassa o exame jurídico e objetivo deste parecer, é oportuno alertar a Administração para a necessidade de conferir se todas as especificações estão adequadas, suficiente e objetivamente ali descritas e nos demais anexos. Tal precaução deve nortear o gestor público, responsável em última instância, pelo serviço, a fim de evitar que o licitante vencedor venha a realizar um serviço ou

Fls. Nº 145
Ass.

utilizar um material inadequado ou de qualidade inferior, sob a alegação de que o objeto realizado ou fornecido corresponde exatamente ao descrito naquela peça.

JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

38. Via de regra, as contratações de compras, serviços e obras da Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, em conformidade com o art. 23, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993.

39. Portanto, caso haja viabilidade técnica e econômica, qualquer contratação deverá ser dividida em contratações menores, de forma a possibilitar maior competitividade e melhor aproveitamento das oportunidades do mercado, decorrendo daí, ao menos presumivelmente, mais vantagem para a Administração.

40. Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa sempre quando este não for adotado. No caso dos autos, constata-se que o órgão licitante justificou a manutenção do parcelamento no **item 6** do Estudo Técnico Preliminar e **fls. 43/44.**

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

41. O Decreto nº 10.024, de 2019, no artigo 6º, estabelece as etapas a serem sucessivamente observadas quando da realização do pregão eletrônico. As orientações a serem observadas no planejamento da contratação, de seu turno, estão prescritas no art. 14, do referido Decreto nº 10.024, de 2019:

> *Art. 14. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:*
>
> *I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;*
>
> *II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;*
>
> *III - elaboração do edital*
>
> *(...);*
>
> *IV - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e a execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e*
>
> *V - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.*

42. Nesse sentido, destaque-se ainda a publicação pelo Ministério da Economia da Instrução Normativa Seges/ME nº 40, de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

43. É indispensável que o órgão cumpra as referidas etapas, de forma a que o planejamento da contratação seja elaborado nos estritos termos da necessidade da Administração, atendendo aos preceitos legais, elencados nas normas acima referenciadas e demais textos legais aplicáveis.

44. Na presente demanda, vislumbra-se o cumprimento dos procedimentos voltados ao *Planejamento da Contratação*, tendo sido elaborado os Estudos Técnicos Preliminares **(fls.225/233),** com declaração de viabilidade **(item 8 do ETP),** Mapa de Riscos **(fls. 18/26),** e Termo de Referência **(fls.207/224).**

45. Preenchidas as formalidades legais, nesse tópico é dever observar que, em tais casos, por se tratar de documentos de cunho técnico (ultrapassa a análise jurídica desta Consultoria), **recomenda-se** que o órgão se certifique que sua elaboração se deu em criteriosa observância ao disposto na IN nº 5, de 26 de maio de 2017 e Instrução Normativa ME nº 40/2020.

DA PESQUISA DE PREÇOS

46. Para deflagrar qualquer procedimento licitatório a Administração deve, antes, efetuar a estimativa da despesa, através de ampla e segura pesquisa de preços, a qual servirá para aferir o valor razoável de pagamento, evidenciar a proposta cujo preço seja eventualmente excessivo ou inexequível, bem como para fixação do preço máximo admitido, conforme art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e art. 15 do Decreto 10.024/2019.

47. A respeito do assunto, a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, de 5 DE AGOSTO de 2020, do Ministério da Economia, dispondo especificamente sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, assim estabelece:

> *(...).*
>
> *Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:*
>
> *I - identificação do agente responsável pela cotação;*

Fls. Nº 176
Ass.

II - caracterização das fontes consultadas;

III - série de preços coletados;

IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e

V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

(...).

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

(...).

48. No caso em tela, o órgão licitante juntou aos autos pesquisa com base nos parâmetros *I - Painel de Preços*; *Pesquisa publicada em mídia especializada;* e *IV - Direta com fornecedores* **(fls.68/123).**

49. Constam nos autos as pesquisas e os mapa comparativo de preços **(fls.55/60)** compilado do gerenciador e dos órgãos participantes, que permitem a avaliação do custo médio e as variações entre diversos fornecedores, conforme consta do TR.

50. Por fim, é aconselhável que a Unidade licitante verifique se não existe Ata de Registro de Preços cadastrada nos sistemas eletrônicos, e ainda em vigor, em condições de atender às suas necessidades, para fins de composição da pesquisa de preços, ainda com intuito de refletir os preços praticados atualmente no âmbito da Administração.

51. Contudo, vale ressaltar que qualquer que seja o resultado da pesquisa de preços ela deverá ser sempre avaliada pela Administração de forma crítica, sendo imperioso conferir os preços colhidos e, justificadamente, excluir aqueles considerados inexequíveis ou excessivos.

52. Convém ainda destacar que as diligências concernentes à pesquisa de preços vão além do levantamento de orçamentos e sua anexação aos autos, cabendo ao responsável a análise detida de cada proposta. Alerte-se sobre a importância da congruência entre os preços levantados, considerando que eventuais valores desarrazoados ou inexequíveis podem distorcer os resultados das pesquisas efetuadas, de maneira que cumprirá ao órgão o discernimento sobre os orçamentos efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, devendo ser excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais.

53. Nesse ponto, não se pode perder de vista que, para ser idônea e efetiva, a pesquisa de mercado deve levar em conta os quantitativos (tendo em vista a economia de escala) e as especificações do objeto, com todos os elementos que o compõe, bem como as condições da contratação (prazo e local da entrega, prazo de pagamento etc.), de forma a garantir que os preços apresentados pelas empresas sejam condizentes com o real conteúdo do objeto licitado.

54. Frisa-se que é de responsabilidade da autoridade contratante a verificação quanto à plausibilidade dos valores apresentados, não cabendo à Consultoria Jurídica tal exame por ausência de competência legal, conhecimento especializado ou mesmo ferramentas para avaliar a adequação das avaliações de preços realizadas nos processos submetidos à análise jurídica. A responsabilidade pela idoneidade e lisura de tais levantamentos compete, pois, aos agentes do órgão promotor da licitação.

55. Consta dos autos a declaração de aceitação de parâmetros de pesquisa, constante do Relatório de **fls.53/54.**

DESIGNAÇÃO DO PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO

56. O art. 21, VI do Decreto nº 3.555, de 2000 e art. 8º, inc. VI, do Decreto nº 10.024, de 2019 (pregão eletrônico) exigem a comprovação da legitimidade do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio.

57. Verificamos que consta nos autos o ato de designação do pregoeiro, como também da respectiva equipe de apoio **(fls.07/08).**

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

58. Nos termos do art. 5º, inciso I, do Decreto nº 7.892, de 2013, cabe ao órgão gerenciador registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo Federal.

59. Outrossim, conforme art. 4º, §1º, do Decreto 7.892, de 2013 (com a redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014), o órgão poderá dispensá-la, justificadamente.

60. O órgão gerenciador, previamente à abertura do certame, deverá registrar sua Intenção de Registro de Preços – IRP, com prazo mínimo de oito dias úteis, no Portal de Compras do Governo federal antes de publicar o Edital, salvo no caso de sua dispensa justificada, nos termos dos artigos 4º ao 6º do Decreto nº 7.892, de 2013.

61. Consta dos autos o Quadro de Resumo da IRP **(fls.143/145).**

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

62. Também é relevante orientar para que esse Órgão informe se o objeto a ser licitado está contemplado no Plano Anual de Contratações, de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2019, do Secretário de Gestão do Ministério da Economia.

63. Caso a presente contratação não esteja prevista no PAC dessa UASG, recomenda-se que, oportunamente, a Administração providencie a inserção do objeto da contratação no respectivo Plano Anual de Contratações, com a devida justificativa, como autoriza o art. 11, §2º, da citada IN SG/ME nº 01, de 10 de janeiro de 2019.

64. Consta declaração de enquadramento **(fls.11/14).**

VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

65. Consta dos autos a justificativa para vedação à participação de consórcio **(fls.125/126).**

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

66. A Lei nº 8.666, de 1993, estabelece a faculdade da Administração de firmar as contratações decorrentes do SRP (art. 15, § 4º). Não sendo obrigada a contratar, exsurge que não é necessário ao órgão a existência de prévia dotação orçamentária, ao contrário da licitação convencional.

67. Nesse mesmo sentido, o § 2º do art. 7º, do Decreto nº 7.892, de 2013 que dispõe: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil", e o enunciado da Orientação Normativa AGU nº 20, de 01/04/2009, segundo a qual "na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato".

68. Desta forma, cabe alertar que no momento da contratação o órgão deverá dispor de recurso orçamentário suficiente para fazer frente à despesa prevista, certificando a disponibilidade orçamentária nos autos.

69. Consta a declaração prévia orçamentária **(fl.142)**.

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

778

70. As contratações da Administração Pública deverão contemplar os critérios da sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento a Constituição Federal, a Lei nº 8.666, de 1993, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, sem perder de vista os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

71. Com esse propósito, o Decreto nº 7.746 dispõe sobre critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública, prevendo, em seu art. 2º que, na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto nesse Decreto. (Redação do Decreto nº 9.178, de 2017)

72. Nesse sentido, o art. 2º, § 1º, do Decreto 10.024/2019, destaca que o princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

73. Por outra quadra, também importa orientar sejam observados os critérios introduzidos pela Instrução Normativa SLTI/MP Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que trata da sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Federal direta, autárquica e fundacional, bem como a consulta ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, da Consultoria-Geral da União/AGU.

74. Havendo a constatação da viabilidade de adoção de critérios e práticas de sustentabilidade na licitação, esses devem ser "publicados como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial, de acordo com o disposto no inciso IV do caput do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993.", conforme art. 3º do Decreto nº 7.746/2012.

75. Por isso cabe ao órgão assessorado a verificação da incidência ou não de legislação e normas de sustentabilidade e acessibilidade ao caso concreto, dependendo a adoção de critérios ambientais do objeto da contratação, cabendo ao gestor público avaliar, ainda na fase interna, a possibilidade de adoção de critérios de sustentabilidade da contratação, devendo ser, seu afastamento, justificado e motivado com base em critérios técnicos.

76. Consta dos autos os critérios de sustentabilidade **(item 5 do TR de fl.213).**

DA ANÁLISE DAS MINUTAS

77. É oportuno registrar que todas as cláusulas do Termo de Referência, minuta do Edital **(fls.185/206)**, Ata de Registro de Preços **(fls.234/238),** Termo de Contrato e/ou instrumento equivalente **(fls. 230 a 244)** e que tragam conteúdo semelhante, possuam redação coerente/idêntica, não podendo haver divergência entre elas. Devem estar em harmonia entre si, sob pena de ferir o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (TCU – Acórdão n. 819/2005, Plenário).

78. No caso dos autos, observa-se que as peças referenciadas foram elaboradas a partir dos modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União. É dever destacar que tais documentos sofrem constante atualização, cabendo, portanto, ao órgão consulente, a verificação e adaptação dos novos itens e cláusulas aplicáveis aos certames pretendidos, utilizando sempre as minutas atualizadas, visando à maior segurança dos expedientes, sendo de responsabilidade da Administração contratante a adaptação adequada dos respectivos instrumentos.

79. Para as que foram aqui apresentadas, não encontramos necessidade de reparos jurídicos, estando adequadas aos fins colimados pela contratação.

80. **Com relação a Ata de Registro de Preços, observa-se que o edital permite a adesão por órgãos não participantes, nos termos do art. 22, §1º do Decreto n. 7.892, de 2013.**

81. Convém, porém, destacar o posicionamento do Tribunal de Contas da União, no seguinte sentido:

> 10. Ademais, confesso que tenho dúvidas quanto à constitucionalidade do instituto do "carona". De todo modo, estou convicto de que, à luz dos art. 9º, inciso III, in fine, do Decreto 7.892/2013, **a possibilidade de adesão para órgão não participante (ou seja, que não participou dos procedimentos iniciais da licitação) não é uma obrigatoriedade a constar impensadamente em todos os editais de pregões para registro de preços**, ao contrário do que corriqueiramente é possível observar, mas sim uma medida anômala e excepcional, uma faculdade que deve ser exercida de forma devidamente motivada e, portanto, passível de avaliação nos processos de controle externo (Ac. n. 757/2015, Plenário, *g.n.*).

82. Em todo caso, observadas o posicionamento do TCU e mantida a possibilidade de "carona", o instrumento convocatório do certame deverá indicar especificamente os quantitativos previstos para adesões, considerando a interpretação dada pelo TCU, no Ac. nº 855/2013-Plenário, ao art. 9º do Decreto regulamentador do SRP, *in verbis*:

> Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

Fls. Nº 179
Ass.

I – a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II – estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III – estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

83. É importante, inclusive, mencionar a Orientação Normativa n. 011/2013 da Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, como segue:

> 1. **O edital de licitação, ou seus anexos, deverá conter a estimativa total do quantitativo a ser adquirido ou contratado, considerado o somatório das demandas do órgão gerenciador, dos órgãos participantes e dos órgãos não participantes, no caso em que se admitir adesão**;
>
> 2. A estimativa total do quantitativo deverá ser levada em consideração para fins de apuração do valor da licitação e, por conseguinte, para escolha da modalidade licitatória (no caso de bens e serviços não comuns), bem como, restrição do certame para microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas. (g.n.)

84. O órgão trouxe aos autos a competente justificativa, com os elementos que demonstram a vantajosidade da opção administrativa **(fls.245/247).**

OBSERVAÇÕES FINAIS

85. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 2019 estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo Federal.

86. Em seu artigo 3º, prevê o referido Decreto que a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio devem ser autorizadas pelo Ministro de Estado ou pelo titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República (*caput*). Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o *caput* poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos ali dispostos.

87. Já no caso dos contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o *caput* poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

88. Assim, recomenda-se ao órgão assessorado verificar e certificar nos autos se as contratações em tela são relativas a **atividades de custeio,** ou não, adotando as providências necessárias previstas no artigo 3º, do Decreto nº 10.193, de 2019, em referência, juntando, se for o caso, a devida delegação e/ou subdelegação para a situação aqui em apreço.

89. Consta dos autos declaração de enquadramento em atividade de Custeio **(fls.141 e 256).**

90. Por fim, alertamos para a necessidade de convocação dos interessados através de publicação de aviso no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação, conforme estipulado no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

III - CONCLUSÃO

91. Do exposto, tendo em vista a documentação apresentada, a legislação aplicável à espécie, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência administrativa, conclui-se pela legalidade e prosseguimento do certame, após observância das recomendações e adoção das providências destacadas nos itens **37, 45, 68, 80 a 84 e 90.**

92. Ressalta-se que a presente manifestação se limita à análise jurídica da fase interna do processo licitatório, recomendando-se, em sua fase externa, o atendimento integral ao Edital e às Leis que regem a matéria.

À consideração superior.

Nova Lima, 09 de novembro de 2022.

HUMBERTO VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO DA UNIÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64125001805202261 e da chave de acesso c84236fa

Documento assinado eletronicamente por HUMBERTO VIEIRA DA SILVA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1032152264 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): HUMBERTO VIEIRA DA SILVA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-11-2022 07:51. Número de Série: 772182694104883361993962756O6. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Fls. Nº 131

Ass.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

ADEQUAÇÃO AO PARECER DA AGU – SRP 15/2022

1. Das determinações constantes do Processo Nº 64125.001805/2022-61, do PARECER n. 05410/2022/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, informo-vos o seguinte:

"III - CONCLUSÃO
91. Do exposto, tendo em vista a documentação apresentada, a legislação aplicável à espécie, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência administrativa, conclui-se pela legalidade e prosseguimento do certame, após observância das recomendações e adoção das providências destacadas nos itens 37, 45, 68, 80 a 84 e 90.
92. Ressalta-se que a presente manifestação se limita à análise jurídica da fase interna do processo licitatório, recomendando-se, em sua fase externa, o atendimento integral ao Edital e às Leis que regem a matéria."

Item do Parecer:	**Providência**
DO TERMO DE REFERÊNCIA ... 37. Com efeito, por ser uma peça eminentemente técnica, cujo conteúdo ultrapassa o exame jurídico e objetivo deste parecer, é oportuno alertar a Administração para a necessidade de conferir se todas as especificações estão adequadas, suficiente e objetivamente ali descritas e nos demais anexos. Tal precaução deve nortear o gestor público, responsável em última instância, pelo serviço, a fim de evitar que o licitante vencedor venha a realizar um serviço ou utilizar um material inadequado ou de qualidade inferior, sob a alegação de que o objeto realizado ou fornecido corresponde exatamente ao descrito naquela peça.	Conforme documentação apresentada pelo Setor Requisitante, os itens estão definidos por marca, sendo a presente licitação por maior desconto aplicado sobre a tabela do fabricante. Junto ao anexo IV do edital, consta modelo da Guia de Fornecimento, onde as peças serão especificadas com a aplicação do desconto.

Fls. Nº 787

Ass.

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO ... 45. Preenchidas as formalidades legais, nesse tópico é dever observar que, em tais casos, por se tratar de documentos de cunho técnico (ultrapassa a análise jurídica desta Consultoria), recomenda-se que o órgão se certifique que sua elaboração se deu em criteriosa observância ao disposto na IN nº 5, de 26 de maio de 2017 e Instrução Normativa ME nº 40/2020.	O Planejamento da Contratação apresentado pelo Requisitante, página 49, consta as especificidades dos motores a serem eventualmente manutenidos com as peças da presente licitação. Também, consta no processo a Justificativa da Necessidade Contratação do Ordenador de Despesas junto a folha 45. A Formalização da Demanda encontra-se na página 15, Mapa de Riscos página 27, Gerenciamento Análise de Riscos página 18, ETP página 29 e aprovação do ETP página 37. O setor requisitante elaborou novo ETP com mais informações em atenção a recomendação do Parecer.
DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA ... 68. Desta forma, cabe alertar que no momento da contratação o órgão deverá dispor de recurso orçamentário suficiente para fazer frente à despesa prevista, certificando a disponibilidade orçamentária nos autos.	Consta junto ao Processo a Declaração de Disponibilidade Orçamentária página 142, onde temos: "***DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA*** *Declaro para os devidos fins, com base no disposto contido no art. 16, II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 e para efeito da realização do Processo Licitatório Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preço, do Tipo MAIOR DESCONTO POR ITEM, objetivando a Eventual Contratação de Serviços de Manutenção de Embarcações, destinado a atender às necessidades do 2º Batalhão Logístico de Selva, subordinado ao Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, pelo período de 12 (doze) meses, que a despesa tem adequação Orçamentária e Financeira Anual — Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO). Entretanto, o Registro de Preço independe de indicação prévia de recursos orçamentários, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme consta no art. 7º, §2º do Decreto 7.892/2013 transcrito a seguir;* ***"§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil."*** Também junto ao Anexo I-TR, página 223 temos: ***19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.*** **19.1** *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

fls. nº 783

DA ANÁLISE DAS MINUTAS ... 80. Com relação a Ata de Registro de Preços, observa-se que o edital permite a adesão por órgãos não participantes, nos termos do art. 22, §1° do Decreto n. 7.892, de 2013. 84. O órgão trouxe aos autos a competente justificativa, com os elementos que demonstram a vantajosidade da opção administrativa (fls.245/247)	Conforme página 234, Anexo II Ata de registro preços, há a possibilidade da adesão, seguinte tal previsão prevista nas minutas disponibilizadas pela CJU/AGU. Consta na página 257, Declaração de uso das Minutas da AGU. Consta na página 245 a Justificativa para a ADESÃO, sendo a mesma acatada junto ao Parecer item 84.
OBSERVAÇÕES FINAIS ... 90. Por fim, alertamos para a necessidade de convocação dos interessados através de publicação de aviso no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação, conforme estipulado no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.	Como medida de boa prática administrativa, a SALC do 2º B LOG SL, envia um DIEx a Fiscalização Administrativa, solicitando a publicação do edital e anexos junto ao site da 2ª Bda Inf Sl. Também, há a possibilidade de realizar o pedido via intranet, na aba da seção de informática. Junto ao Diário Oficial, quando da divulgação no Comprasnet é gerada a prévia da matéria para publicação no DOU conforme agendado no sistema.

Quartel em São Gabriel da Cachoeira/AM, 10 de novembro de 2022.

JOÃO MARCOS DIAS DA SILVA RODRIGUÊS – 2º Ten
Pregoeiro

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 784

Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2a BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1a Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA RIO NEGRO"

EDITAL
PROCESSO NUP 64125.001805/2022-61 – SRP 15/2022

Torna-se público que o Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, por meio do Grupo de Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado na **Área Capitão Nobuo Oba, s/nº, Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira – AM**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 28/11/2022
Horário: 10:00 (horário de Brasília)
Local: Portal de Compras do Governo Federal – **https://www.gov.br/compras/pt-br**
Critério de Julgamento: maior desconto por item

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a eventual aquisição de peças de geradores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **maior desconto do item,** observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 **Havendo divergências entre a descrição do CATMAT e do exposto no anexo I-TR, considerar para fins de proposta o constante no Termo de Referência-Anexo I-TR, do edital.**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Para os itens 2 e 4, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para os itens 1 e 3, 5 e 6 a participação será Ampla pois estão acima de R$ 80.000,00. Conforme especificado no Anexo I-TR, Item 1 do Objeto.

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário;

4.2.8. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor do percentual do desconto ofertado;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto.**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o **maior desconto**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o

disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.26.1. no pais;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo. A solicitação poderá ser feita por e-mail salc@2blogsl.eb.mil.br antes de finfo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços/porcentagem global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU(:);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:);

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica,

à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. **Habilitação jurídica:**

9.11.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.12. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13. **Qualificação Econômico-Financeira**.

9.13.1 Não está prevista tal exigência pois pode haver restrições para, eventual, participação de empresas ME/EPP no presente certame, sendo assim acaba por ser suprimida para evitar frustrar a presente licitação. Conforme Nota Explicativa da Minuta de Edital *(Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Edital modelo para Pregão Eletrônico: Compras Atualização: Fevereiro/2022)*.

9.13.1.1 Conforme a citada Nota Explicativa: "*Reitere-se o quanto já dito, de que a exigência pode restringir-se a alguns itens, como, por exemplo, somente aos itens não exclusivos a microempresa e empresas de pequeno porte, ou mesmo não ser exigida para nenhum deles, caso em que deve ser suprimida do edital.*". Salienta-se que conforme consolidado na planilha de orçamento, de acordo com o Art. 6º do Decreto 8.538, de 06 de outubro de 2015, os itens do presente certame constam alguns exclusivos para ME/EPP (cotas reservadas) e outros para Ampla Participação, sendo assim visando ampliar a competitividade em busca da proposta mais vantajosa e seguir os princípios da isonomia e imparcialidade entre os requisitos de habilitação optou-se pela não exigência do item 9.10.

9.14. **Qualificação Técnica:**

9.14.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado:

9.14.2 O(s) atestado(s) de capacidade técnica pode(m) ser apresentado(s) em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.14.3 Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica com o objeto igual ou similar ao objeto da presente licitação.

9.15. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.17. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.22.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02. (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento

equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, 12 meses prorrogável conforme previsão contratual ou no TR.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/213.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail salc@2blogsl.eb.mil.br , ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Área Capitão Nobuo Oba, S/N°, Cachoeirinha, 2ª Brigada de Infantaria de Selva, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP: 69.750-000, Grupo de Coordenação e Acompanhamento de Licitações e Contratos (GCALC)-solicitar envio para a SALC do 2º Batalhão Logístico de Selva.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o principio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.compras governamentais.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Área Capitão

Nobuo Oba, S/N°, Cachoeirinha, 2a Brigada de Infantaria de Selva, São Gabriel da Cachoeira - AM, CEP: 69.750-000, Grupo de Coordenação e Acompanhamento de Licitações e Contratos (GCALC), solicitar encaminhamento ao 2º Batalhão Logístico de Selva, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência (TR)

25.12.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

25.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

25.12.4. ANEXO IV - Modelo da Ordem de Fornecimento

25.12.5. APENDICE "A" DO ANEXO I-TR: Estudo Técnico Preliminar

São Gabriel da Cachoeira/AM, 11 de novembro de 2022.

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

FL Nº 305

Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

(1ª Brigada Estratégica/1908)

"BRIGADA RIO NEGRO"

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

Sistema de Registro de Preço

(Processo Administrativo nº 64125.001805/2022-61)

1. DO OBJETO

1.1. Eventual aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/genuína (ABNT NBR 15296/2015), de acordo com a Portaria nº 257-EME, de 30 de outubro de 2014, como critério de julgamento "maior desconto" dentro do tipo "menor preço" com base no valor das tabelas das fabricantes/montadoras, com possibilidade de consulta por intermédio de Software de Orçamentação Eletrônica de empresa especializada, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

ÍTEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	Qtd 3º BIS 160137	Qtd 2ª Bda Inf Sl (Gerenc) 160515	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO (Fins de aplicação da porcetagem)	V. TOTAL ITEM	Porcentagem mínima Aceitável	TIPO DE BENEFÍCIO (TIPO I)	COTA(ART. 8º – DEC8.538/15)

1	396247	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA YAMAHA, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS YAMAHA.	UND	120.000	494.811	614811	R$ 1,00	R$ 614.811,00	12,33 %	*	AMPLA PARTICIPAÇÃO
2	396247	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA YAMAHA, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS YAMAHA. **COTA RESERVADA ITEM 1, ATÉ 25%.**	UND	0	80000	80000	R$ 1,00	R$ 80.000,00	12.33 %	EXCLUSIVO ME/EPP	**Cota reservada Item 1**

3	396247	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA MERCURY, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS	UND	215.000	811.923	1.026.923	R$ 1,00	R$ 1.026.923,00	12,33 %	*	AMPLA PARTICIPAÇÃO
4	396247	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA MERCURY, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS **COTA RESERVADA ITEM 3, ATÉ 25%.**	UND	0	80000	80000	R$ 1,00	R$ 80.000,00	12,33 %	EXCLUSIVO ME/EPP	**Cota reservada Item 3**
VALOR TOTAL PARA A 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA COM ENTREGA PREVISTA PARA SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM - ITENS 1 A 4. **- 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA: R$ 1.466.734,00.** **- 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA: R$ 335.000,00.**								**R$ 1.801.734,00**			

VALOR TOTAL GERAL DA LICITAÇÃO	R$ 1.801.734,00

ENTREGA: UGG - 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA UASG 160515 / 167515, referente aos itens 1 a 4.
Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000

ENTREGA: UGP – 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA UASG 160137 / 167137, referente aos itens 1 e 3.
Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados do(a) assinatura da ata, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

1.6. O critério de julgamento adotado será o MAIOR DESCONTO, por item, aplicado sobre a tabela oficial de preços do respectivo fabricante, conforme marca do equipamento.

1.7. Para os itens 1, 3, 5 e 6 a Participação será Ampla. Para os itens 2, 4 a participação será exclusiva para ME/EPP pois são cotas reservadas dos itens 1 e 3 em conformidade ao art. 48 Lei Complementar nr 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto 8.538/15.

1.8. Havendo divergência entre o descritivo do código CATMAT e da especificação constante no Termo de Referência, prevalecera para fins de proposta e cumprimento da mesma o previsto no presente Termo de Referência.

FL Nº 309

Rubrica

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

2.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

FL Nº 310

Rubrica

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial

5.2. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, **quando couber**:

5.2.1. Durante a execução do contrato, a contratada deverá usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.2.2. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.2.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5.2.4. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

5.2.5. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.2.6. Atender os critérios de sustentabilidade ambiental pela Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14001 e pela Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias contados da realização do empenho (NE)e emissão de sua devida nota, em remessa única, nos seguintes endereços:

6.1.1 UASG 160515/167515 – UGG – 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA:

Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000, no Setor de Material, telefone a ser informado quando do envio das eventuais notas de empenho. Os itens empenhados e entregues devem estar em conformidade com a Guia de Fornecimento que será encaminhada para a empresa pelo Fiscal de Contrato quando do envio da respectiva nota NE.

6.1.2 UASG 160137/167137 – UGP – 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA:

Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000, no Setor de Material, telefone a ser informado quando do envio das eventuais notas de empenho. Os itens empenhados e entregues devem estar em conformidade com a Guia de Fornecimento que será encaminhada para a empresa pelo

Fiscal de Contrato quando do envio da respectiva nota NE.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 8 (oito) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 8 (oito) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3 Em complemento ao item 8.3 deste Termo de Referência, na ausência da tabela da fabricante ou montadora, a CONTRATANTE (Setor Requisitante) realizará um orçamento com pesquisa de valores

de mercado junto às concessionárias da rede autorizadas da fabricante e o entregará, ficando a CONTRATADA obrigada a fornecer com os valores orçamentados pela CONTRATANTE.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7 promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8.3 O critério de julgamento adotado será o MAIOR DESCONTO aplicado sobre a tabela oficial

providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação,

no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I=(TX) \qquad I=\frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1 No recebimento do objeto haverá militares designados para realizar o exame e averiguação do material, não sendo necessária garantia.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa:

(1)moratória 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela compensatória de 50% (cinquenta por cento)sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
(2)compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii)Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv)Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens i, iii, iv e v e poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de

atos ilícitos praticados.

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com item pertinente, por meio de apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público e privado.

17.3.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

17.3.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.3.2.1.1 Pelo menos um atestado de capacidade técnica;

17.3.2.1 .2 O atestado apresentado deve ser compatível com o objeto desta licitação.

17.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1 Valor global de R$ 1.801.734,00.

17.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição anexa ao edital.

17.5 O critério de Julgamento será o de maior desconto por item.

17.6 As regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será **R$ 1.801.734,00.**

18.2. O valor mínimo de desconto para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será aquele disposto na tabela presente no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 11 de novembro de 2022.

THIAGO DORNELAS DO AMARAL RIBEIRO – 1º Sgt

Equipe

FL Nº 371

Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o conteúdo deste Termo de Referência com fulcro no Inciso II, do Art. 14, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, em face de atender às necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e Organizações Militares Vinculadas na **abertura de processo licitatório para aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa**. Para esse fim, a 2ª Bda Inf Sl poderá dispor de recursos específicos que podem ser repassados no transcorrer do Exercício não causando impacto orçamentário e os recursos são compatíveis com o plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 11 de novembro de 2022.

KENZO YOTSUJI – TC
Ordenador de Despesas Cmdo 2ª Bda Inf Sl

FL Nº 377

Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

CMA – 2ª BDA INF SL

2º BATALHÃO LOGÍSTICO DE SELVA

APENDICE "A" – DO ANEXO I-TR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. DA FINALIDADE

O presente estudo tem por escopo analisar a viabilidade da aquisição de PEÇAS DE MOTOR DE POPA para suprir às necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, referente ao exercício financeiro de 2022 e primeiro semestre de 2023; bem como, complementar a análise dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência que compõe o processo **NUP 64125.00001805/2022-61**, da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em conformidade com inciso IV do Art. 3º do Decreto 10.024/2019, de forma a melhor a resguardar os interesses da Administração.

1.2. DA EQUIPE RESPONSÁVEL (BI Nr 072, de 19/08/2022, do 2º B Log Sl)

a. GUILHERME **NATHAN** THOMAZ RIBEIRO – 2º Ten - Chefe da Equipe
b. THIAGO **DORNELAS** DO AMARAL REIS – **1º Sgt** – Membro

1.3. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

a. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
b. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002;
c. Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010;
d. Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
e. Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019;
f. Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967;
g. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020;
h. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017;
i. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020;
j. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS – DECOR/CGU/AGU, 2º edição, revista, atualizada, ampliada. Setembro de 2019.

FL Nº 367

Rubrica

2. NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.1. A 2ª Brigada de Infantaria de Selva, tem por característica, o emprego do transporte tático e logístico fluvial na Amazônia Ocidental. Para que a atividade operacional ocorra, faz-se necessário que tais meios de transporte estejam em amplo e contínuo funcionamento.

2.2. A aquisição do objeto em tela visa equipar as embarcações, pertencentes ao Pelotão Fluvial do 2° Batalhão Logístico de Selva e do Pelotão Fluvial do Comando de Fronteira Rio Negro / 5° Batalhão de Infantaria de Selva, Organizações Militares Vinculadas (OMV) à 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

2.3. Fez-se um levantamento das necessidades por meio das visitas técnicas de Apoio Direto(*) levantando junto aos integrantes dos setores de manutenção, tanto do 2° B Log Sl, quanto do CFRN/5° BIS (OMV sem Autonomia Administrativa), onde existem profissionais especializados, capazes de realizar um planejamento satisfatório e que atenda as demandas exigidas por um período de 12 meses. Igualmente, procurou-se relacionar as peças de motores de popa necessárias para equipar as embarcações existentes nas Organizações supracitadas. O Apoio Direto foi implementado na Guarnição de São Gabriel da Cachoeira no ano de 2020, a partir da ativação do 2° Batalhão Logístico Selva pelo Exército Brasileiro. Sendo assim possível realizar um diagnóstico da situação da manutenção, bem como das necessidades de peças e insumos a fim de aumentar a disponibilidade dos equipamentos.

(*)
Manual de Campanha
LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE
(EB70-MC-10.2382-8)

...

2.4 FORMAS DE APOIO LOGÍSTICO E SITUAÇÕES DE COMANDO

...

2.4.4 APOIO DIRETO (AP DTO)

2.4.4.1 É aquele proporcionado por um elemento de apoio logístico a uma OM ou fração específica, visando a aumentar sua capacidade logística ou a cumprir determinada tarefa logística. Caracteriza-se pela ligação permanente entre os elementos de apoio e apoiados, cabendo a este determinar as prioridades dos trabalhos a serem realizados.

2.4.4.2 As OM ou frações logísticas em Ap Dto executam o suporte logístico cerrado aos usuários, devendo possuir elevada mobilidade e capacidade suficiente para: realizar o desmembramento de cargas; gerenciar estoques limitados de itens de maior criticidade (definidos para cada tipo de situação e força a apoiar); executar limitada manutenção, evitando acúmulo de material nas oficinas (particularmente nas operações de movimento); e receber meios descentralizados dos escalões superiores para atendimento das capacidades críticas.

...

2.4. As especificações descritas, o detalhamento do objeto, as características, os requisitos, o valor estimado do objeto, foram regularmente determinados pelo setor competente da Administração, e a contratação através do sistema de registro de preços está legitimada e regulamentada no âmbito da União Federal pelo Decreto nº 7.892/2013. Nesse mesmo sentido, o art. 11 da Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, também prevê a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na modalidade pregão, ou seja, é possível a utilização do Sistema de Registro de Preços nas contratações de bens e serviços comuns, através da modalidade Pregão, combinado com o art. 11 da Lei nº 10.520/2002, e com as disposições contidas nos incisos I, II. III e IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, abaixo citadas:

Inciso I, quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações

frequentes – os serviços licitados são necessários durante todo o transcorrer do ano;

Inciso II, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa – a contratação se dá mês a mês, de acordo com a necessidade de consumo; e

Inciso III, quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

Inciso IV, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração – em face da impossibilidade de prever com exatidão as quantidades a serem adquiridas, no período de 12 (doze) meses, evitando-se assim a realização de múltiplos processos administrativos, o que ocasionaria elevado custo nas publicações em empresa oficial e jornais de grande circulação, além de desperdício de tempo processual, e dos custos de capital humano empregado nas mais diversas etapas envolvidas, por ocasião da realização de novos processos, justifica-se também este pregão pelo SRP.

2.5. Justifica-se, portanto, a aquisição de peças de motores de popa, em função da necessidade de equipar e reestruturar as embarcações do 2° B Log Sl e do CFRN/5° BIS para o cumprimento de todas as atividades conduzidas pelos setores de transporte destas OM.

2.6. O presente estudo está alinhado com o Objetivo Estratégico Organizacional 4 (integrar-se ao novo e efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre). Com esse objetivo pretende-se mitigar as dificuldades impostas pelo ambiente amazônico ao Sistema Logístico, considerando as prioridades e peculiaridades das áreas estratégicas e HE, as Organizações Militares (OM) que nelas serão empregadas, a carência estrutural de recursos e os planos de mobilização estabelecidos; aproximar a estrutura logística de paz à de guerra; mobiliar, progressiva e seletivamente, a cadeia logística com as instalações e meios necessários; implementar um sistema integrado de gestão logística; e, aperfeiçoar o Sistema Logístico, de modo a facilitar a obtenção de informações em todos os níveis.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos a serem licitados foram estabelecidos conforme as necessidades apuradas por ocasião das visitas técnicas de Apoio Direto às Organizações Militares Vinculadas (OMV) à 2ª Brigada de Infantaria de Selva durante o ano de 2021, com a finalidade de aumentar o índice de disponibilidade de tais meios, na Guarnição.

NECESSIDADES MOTORES YAMAHA 2ª Bda Inf Sl				
Peça	**Potência**	**Qnt**	**Valor R$**	**Valor Total R$**
Filtros de combustível	40, 50, 60, 90, 200 HP	150	100,00	15.000,00
Velas	40, 50, 60, 90, 200 HP	120	108,00	12.960,00
Hélices de motor	40, 50, 60, 90, 200 HP	28	383,00	10.724,00
Hélices de motor	40, 50, 60, 90, 200 HP	02	548,00	1.096,00
Benzel	40, 50, 60, 90, 200 HP	30	198,50	5.955,00
Cabos teleflex	40, 50, 60, 90, 200 HP	30	246,80	7.404,00
Bicos injetores	40, 50 HP	26	108,00	2.808,00

FL Nº 325

Rubrica

Bicos injetores	60, 90, 200 HP	44	156,00	6.864,00
Rabeta Completa	40, 50 HP	33	12.600,00	415.800,00
Rabeta Completa	60 HP	01	14.550,00	14.550,00
Rabeta Completa	90 HP	3	15.650,00	46.950,00
Rabeta Completa	200 HP	2	17.350,00	34.700,00
TOTAL				**574.811,00**

NECESSIDADES MOTORES MERCURY 2ª Bda Inf Sl				
Peça	**Potência**	**Qnt**	**Valor R$**	**Valor Total R$**
Filtros de combustível	50, 60, 90, 100, 115, 150, 200 HP	200	100,00	20.000,00
Velas	50, 60, 90, 100, 115, 150, 200 HP	180	116,00	20.880,00
Hélices de motor	50, 60, 90, 100 HP	30	396,00	11.880,00
Hélices de motor	115, 150, 200 HP	10	543,40	5.434,00
Benzel	50, 60, 90, 100, 115, 150, 200 HP	30	198,50	5.955,00
Cabos teleflex	50, 60, 90, 100, 115, 150, 200 HP	30	246,80	7.404,00
Bicos injetores	50, 60, 90, 100 HP	80	156,00	12.480,00
Bicos injetores	115, 150, 200 HP	30	206,00	6.180,00
Cdi (relé) do motor	50, 60, 90, 100 HP	25	350,00	8.750,00
Cdi (relé) do motor	115, 150, 200 HP	6	480,00	2.880,00
Rabeta Completa	50, 60 HP	15	16.900,00	253.500,00
Rabeta Completa	90, 100 HP	15	21.500,00	322.500,00
Rabeta Completa	115, 150, 200 HP	8	26.760,00	214.080,00
TOTAL				**891.923,00**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios e práticas de sustentabilidade

4.1.1. Em atenção aos princípios norteadores instituídos pela Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, devem ser elencadas no termo de referência, no que couber (a fim de que não haja restrição de competitividade), que os produtos objeto deste estudo, estejam de acordo com as diretrizes a utilização exclusiva de materiais de origem comprovada e em acordo com as normas ambientais vigentes.

FL Nº 316

Rubrica

4.1.2. Neste sentido, na medida do possível, deve o documento de referência contemplar: critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, conforme se depreende da leitura do subitem 3.3, alínea "c" do Anexo III da IN 05/2017/MP.

4.2. Prazo de aquisição/contratação

4.2.1. O período de aquisição será de 12 (doze) meses, conforme prazo de validade da respectiva ata de registro de preços – ARP.

4.3. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

4.3.1. Conforme relatado no item 2 deste termo, o estudo foi elaborado a partir da premissa da essencialidade dos produtos, que é comum as mais diversas entidades do ambiente amazônico, considerando suas respectivas rotinas de transporte operacionais e administrativos.

4.3.2. No presente caso, na seleção do fornecedor, deve ser levado em conta, primeiramente, as regras gerais e específicas constantes na legislação (subitem 1.3. deste estudo), alinhadas com os critérios de sustentabilidade na cadeia de produção e fornecimento dos bens (devendo ser analisado caso a caso), como escopo de melhor atender às necessidades da Administração, e por consequência, o interesse público, contudo, sem restringir a competitividade e isonomia do futuro certame.

4.4. Estimativas de preços ou preços referenciais

4.4.1. Em linhas gerais a pesquisa de mercado deve ser elaborada em conformidade com o que dispõe a Instrução Normativa - IN 73/2020 / MP, art 5° obedecendo aos seguintes parâmetros:

4.4.1.1. DA ORDEM DE PRIORIDADE DA PESQUISA:

a) Painel de Preços (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br);

b) Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

c) Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que **contenha a data e hora de acesso**;

d) pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

4.4.1.2. Por fim, os parâmetros acima poderão "ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser **priorizados** os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência".

4.4.1.3. De maneira combinada poderá ser incluída a pesquisa conforme o inciso IV, tendo em vista fazer constar os custos de transporte fluvial, que até então é a principal maneira de acesso logístico a essa Região.

FL Nº 327

Rubrica

4.4.2. Ainda em relação às disposições IN 73, art 6° devem ser ressaltados os seguintes aspectos:

4.4.2.1. A METODOLOGIA para aferição dos preços de referências deve observar:

a) a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos;

b) que o cálculo incida sobre um conjunto de **três ou mais preços**; podendo, **excepcionalmente**, mediante justificativa da autoridade competente, ser admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores;

c) que sejam desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados;

d) que poderão ser utilizados **outros critérios** ou metodologias, desde que **devidamente justificados** pela autoridade competente.

e) que os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

4.4.2.2. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

a) Não serão admitidas estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Para que se alcance todos os efeitos desejados, espera-se que os fornecedores cumpram seu papel e realizem todos os procedimentos descritos e que sejam descentralizados os valores necessários para a correspondente execução, de acordo com a Portaria nº 257-EME, de 30 de outubro de 2014, que aprova a padronização dos motores de popa das marcas YAMAHA, EVINRUDE e MERCURY, em todo os modelos e potências (HP) disponíveis por cada fabricante.

6. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO:

6.1. A lei geral de licitações, lei 8.666/93, em seu art. 23, § 1° c/c art. 9º da Lei nº 10.520/02 elege o parcelamento do objeto como regra nos certames licitatórios, a fim de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado, bem como ampliar a competitividade nas licitações.

6.2. Todavia, deve ser ressaltado, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Súmula 247), que é imprescindível que tal divisão seja técnica e economicamente viável.

6.3. No presente caso, como se trata de itens autônomos que podem ser adquiridos de forma independente, não há necessidade de agrupamento em lotes ou grupos, o que sem dúvida restringiria a participação de empresas mais modestas, mas que podem cumprir as respectivas obrigações, desde que haja o devido fracionamento do objeto, em quantas parcelas forem possíveis, conforme se propõe.

6.4. Por isso, em consonância com a legislação retro mencionada, bem como o entendimento da Corte de Contas, e ainda natureza dos bens que serão adquiridos, esta equipe optou pelo parcelamento do objeto licitatório, por entender que é técnica e economicamente viável, de forma a resguardar os interesses da administração, bem como ampliar a participação de pequenos empreendedores que estejam qualificados, nos termos da legislação vigente.

7. RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição dos objetos em tela visa equipar as embarcações da 2ª Brigada de Infantaria de

Selva e ainda melhorar as condições de transporte no deslocamento dos militares e materiais em missão ou serviço. O objeto desta licitação atenderá às necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e dos demais Órgãos Participantes.

8. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Os estudos preliminares evidenciaram que a realização de *Aquisição, eventual, de peças para motor de popa*, onde mostra-se viável tecnicamente e economicamente:

a. Justificativa da Viabilidade

Após este estudo preliminar verificamos que as aquisições objetos desta contratação são fundamentais para a garantia do desempenho das atividades institucionais desta Unidade Gestora, atendendo à demanda de manutenção e conservação de embarcações para ocasiões e missões específicas, nas quais nossa capacidade material e pessoal se mostra limitada. Com esta aquisição, eventual, será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto que é uma contratação viável.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

A empresa contratada deverá dispor de estrutura física para fins de atendimento da Contratante, permitindo a boa execução do contrato.

O objeto deste processo licitatório poderá ser adquirido parceladamente em até 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação e Adjudicação junto ao sítio eletrônico do Comprasnet, não havendo a necessidade de prorrogação por mais de um exercício financeiro;

Os itens serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e seus anexos, e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado;

São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público.

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei n° 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua

reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2°, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA n° 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;"

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir do(a) assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

Deverá possuir experiência no mercado demonstrada através de atestado de capacidade técnica o qual deverá constar serviços similares;

A Administração não emitirá qualquer solicitação das guias de fornecimento sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário. A convocação dos fornecedores será formalizada pelo fiscal de contrato.

O fornecedor convocado, na forma do item anterior, que não comparecer no prazo estipulado para retirar a solicitação, estará sujeito às sanções previstas neste Edital. O fornecedor fica obrigado em atender a todas as solicitações efetuadas após o recebimento da nota de empenho ou seu substituto, mesmo que a entrega esteja prevista para data posterior ao seu vencimento;

A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o item contrato que estiver em desacordo com o contrato. As quantidades dos itens serão solicitadas de acordo com as necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e da UG Participante.

Nos casos em que houver a impossibilidade de entrega dentro do prazo estipulado, em decorrência de caso fortuito ou de força maior, o fornecedor deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data prevista para a entrega do material, apresentando os motivos e as devidas justificativas. A Administração analisará os motivos e as justificativas mencionadas pelo Contratado e, conforme o caso, poderá prorrogar o prazo anteriormente fixado.

Nos preços deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega dos serviços ofertados, sem custo adicional para a 2ª Brigada de Infantaria de Selva e Órgãos participantes;

Validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

Local de entrega, conforme Termo de Referência..

Do prazo para a entrega está previsto no Termo de Referência.

As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

10. CONTRATAÇÕES RECENTES

O 2º Batalhão Logístico de Selva, Organização Militar (OM) vinculada ao Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, por ser uma OM recém criada, recebeu recentemente a incumbência de prestar o apoio de manutenção das embarcações às organizações militares enquadradas por esta Grande Unidade. Desta forma, visa atender ao plano anual de manutenção destes materiais. Para o cumprimento da sua missão, há a necessidade contratação de aquisição de peças de reposição para a manutenção de embarcações para que seja realizada esta atividade.

FL Nº 330

Rubrica

11. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Inicialmente informamos acerca da pesquisa de mercado que foi realizada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73/2020, que Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
A pesquisa realizada se deu com análise do Painel de Preços e diretamente com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, com os orçamentos consolidados no relatório de pesquisa de preços, tendo em vista a especificidade dos itens do Processo.
Considerando que a Cidade de São Gabriel da Cachoeira – AM, está localizada a aproximadamente 850 quilômetros, em linha reta, da cidade de Manaus, sendo possível o deslocamento entre as duas cidades apenas através modal aéreo ou fluvial, o que encarece bastante o frete e passagens, e torna ainda mais difícil a pesquisa de preços através dos sítios oficiais, incluindo a pesquisa através de sites de empresas especializadas na prestação dos serviços.
Diante do exposto, foram realizados os orçamentos no painel de preços e com empresas, localizadas na cidade de Manaus-AM, através e-mail, todas especializadas no ramo da prestação de serviços de manutenção de viaturas, onde foram cotados os itens que visam atender as necessidades das Organizações Militares Vinculadas a 2ª Brigada de Infantaria de Selva

12. ESTIMATIVA DE PREÇO (VALOR)

O Valor estimado para essa contratação, tomando por base a média dos preços obtidos através das pesquisas realizadas (Painel de Preços) é de R$ 1.801.734,00 conforme Relatório de Pesquisa de Preços, resultado de pesquisa realizada em cumprimento ao determinado na Lei n 8.666/93, no seu Art. 15, § 1, na Lei n 10.520/02, no seu Art. 3, Inciso III, Decreto no 9488/18 e, ainda, no Decreto n 3.555/00, no seu Art. 8º, Inciso II, em conformidade ainda com as Instruções Normativas nº 73/2020, do Ministério da Economia. Tal relatório foi consolidado pelo Orçamento Retificado (o qual considerou a UGP do 3º BIS), perfazendo assim o valor total de R$ 1.801.734,00, conforme previsto no Decreto no Art. 6º do Decreto 8.538, de 6 de outubro de 2015.

13. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Para que o pregão surta os efeitos desejados será necessária a descentralização de créditos para esta Organização Militar em concordância com as Guias de Fornecimento que virão a surgir com a descrição dos problemas apresentados.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 11 de novembro de 2022.

THIAGO **DORNELAS** DO AMARAL REIS – **1º Sgt**
Equipe de Planejamento

FL Nº 331

Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA RIO NEGRO"

APROVAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 64125.001805/2022-61 (NUP)

Cumprindo o que dispõe o Inc. II do Art. 14, do Dec. Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar para **eventual Aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa**, em condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Estudo, em proveito do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, Órgão Gerenciador, e Organizações Militares Vinculadas, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO para o Sistema de Registro de Preços, tipo Maior Desconto por ITEM**, com fulcro nos incisos I, II, III e IV do Art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

São Gabriel da Cachoeira, AM, 11 de novembro de 2022.

KENZO YOTSUJI - TC

Ordenador de Despesas do Cmdo 2ª Bda Inf Sl

Fls. Nº 337

Ass.

ANEXO II

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)

"BRIGADA RIO NEGRO"

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(AQUISIÇÃO DE BENS)
PREGÃO SRP NR 15/2022

ATA NR XX

A 2ª Brigada de Infantaria de Selva, sob o CNPJ 07.546.219/0001-30, sediada na Área Cap Nobuo Oba, S/Nº - bairro: Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP: 69750-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.546.219/000130, neste ato representado(a) pelo Ten Cel Kenzo Yotsuji, publicado no Boletim Interno Nr 31/01/2022, inscrito no CPF nº [redacted] portador da Carteira de Identidade nº 1[redacted], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 15/2022, publicada no DOU de ...../...../20....., processo administrativo n.º 64125.0018052/022-61, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de peças de geradores, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Objeto, Termo de Referência, anexo I-TR. do edital de Pregão nº 15/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*						
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador (UGG) será a 2ª Brigada de Infantaria de Selva (UASG 160515).

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes (UGP) do registro de preços:

3.2.1 3º Batalhão de Infantaria de Selva (160137).

3.3. Os endereços previstos para a entrega são os previstos no Anexo I-TR, transcritos a seguir:

UASG 160515/167515 – UGG – 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA:

Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000, no Setor de Material, telefone a ser informado quando do envio das eventuais notas de empenho.

UASG 160137/167137 – UGP – 3º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA:

Endereço: Porto de Camanaus, 2º Batalhão Logístico de Selva, S/N, São Gabriel da Cachoeira – AM, CEP 69750-000, no Setor de Material, telefone a ser informado quando do envio das eventuais notas de empenho.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (máximo cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e

fls. nº 334

órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data da assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

Fls. Nº 326

455.

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Gabriel da Cachoeira/AM, xxx de xxxxx de 202xxx.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

KENZO YOTSUJI – Ten Cel

Ordenador de Despesas

CONTRATADA:

Nome

Identidade:

TESTEMUNHAS:

Nome:

Identidade:

Nome:

Identidade:

São Gabriel da Cachoeira/AM, 11 de novembro de 2022.

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Fls. Nº 337

ANEXO III

MINUTA TERMO DE CONTRATO AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

SRP 15/2022 – PROCESSO NUP: 64125.001805/2022-61

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS Nº ___/____, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E A EMPRESA

A União, Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, por intermédio do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (UASG 160515 – Cmdo 2ª Bda Inf SL), sob o CNPJ 07.546.219/0001-30, sediada na Área Cap Nobuo Oba, S/Nº - bairro: Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira/AM, CEP: 69750-000, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.546.219/000130, neste ato representada pelo Ten Cel , nomeado(a) pelo Boletim Interno Nr 21, de 31/01/2022, da 2ª Bda Inf SL, inscrito no CPF nº [redacted] portador da Carteira de Identidade nº 1[redacted], doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Tenno de Contrato, decorrente do Pregão nº 15/2022, por Sistema de Registro de Preços nº 15/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de peças de geradores, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1					
2					

Fls. Nº 338

Ass.

3					
...					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/_____ e encerramento em ____/____/_____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

Fls. Nº 339

Ass.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Fls. Nº 340

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de São Gabriel da Cachoeira/AM - Justiça Federal. para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Gabriel da Cachoeira/AM, xxx de xxxxx de 202xxx.

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONTRATADA:
_____	_____
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – xxxxxxx	**Nome**
Ordenador de Despesas	Identidade:
TESTEMUNHAS:	
_____	_____
Nome:	Nome:
Identidade:	Identidade:

São Gabriel da Cachoeira/AM, 11 de novembro de 2022

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(1ª Brigada Estratégica/1908)
"BRIGADA RIO NEGRO"

ANEXO IV

MODELO - ORDEM DE FORNECIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL

NOTA DE EMPENHO: 2022NE0000xx

DADOS DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL: xxxxxxxx	CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxx
TELEFONE:(XX) xxxxxxxxxxxxx	E-MAIL: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

LOCAL DE ENTREGA:

ÓRGÃO: COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	UASG: 160515
ENDEREÇO: ÁREA CAPITÃO NOBUO OBA S/N/, CACHOEIRINHA, SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM – CEP: 69750-000	TELEFONE: (XX) xxxxxxxxxxxxx

DADOS DO PREGÃO

PREGÃO SRP NR 15/2022 – UASG 160515		
NR ITEM	DESCRIÇÃO	DESCONTO HOMOLOGADO
1	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA YAMAHA, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS YAMAHA.	X%
2	AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE MOTORES DE POPA MERCURY, QUE ATENDAM ÀS MESMAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PADRÕES DE QUALIDADE DAS PEÇAS DE PRODUÇÃO ORIGINAL/GENUÍNA (ABNT NBR 15296/2015), COM BASE NO VALOR DAS PEÇAS DAS TABELAS DAS FABRICANTES/ MONTADORAS	X%

TABELA FABRICANTE				MÊS: (da Tabela de referência)			
CLASSE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO (da tabela)	UF	VALOR (da tabela)	VALOR (com desconto)	QTD	VALOR (global)

Fls. Nº 347

Ass.

Município de São Gabriel da Cachoeira - AM,_____de_____de 2022.

Responsável pelo pedido
_____
(Nome)
(Função)

São Gabriel da Cachoeira/AM, 11 de novembro de 2022

KENZO YOTSUJI – Ten Cel
Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Fls. Nº 343

Ass.

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00015/2022-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Peça,componente motor de embarcação

Descrição Detalhada: Aplicação: Motor De Popa Yamaha 60 Hp, 2 Tempos, Tipo: Volante, Caixa Direção, Bezel, Cabo Direção 16 Pés,

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Quantidade Total: 614811

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Quantidade Máxima para Adesões: 1229600

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Unitário (R$): 1,00

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Barcelos/AM (120000), São Gabriel da Cachoeira/AM (494811)

2 - Peça,componente motor de embarcação

Descrição Detalhada: Aplicação: Motor De Popa Yamaha 60 Hp, 2 Tempos, Tipo: Volante, Caixa Direção, Bezel, Cabo Direção 16 Pés,

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Quantidade Total: 80000

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Quantidade Máxima para Adesões: 160000

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Unitário (R$): 1,00

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): São Gabriel da Cachoeira/AM (80000)

3 - Peça,componente motor de embarcação

Descrição Detalhada: Aplicação: Motor De Popa Mercury 75 Hp, Tipo: Volante, Caixa Direção, Bezel, Cabo Direção 16 Pés,

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Quantidade Total: 1026923

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Quantidade Máxima para Adesões: 2053846

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Unitário (R$): 1,00

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): Barcelos/AM (215000), São Gabriel da Cachoeira/AM (811923)

4 - Peça,componente motor de embarcação

Descrição Detalhada: Aplicação: Motor De Popa Mercury 75 Hp, Tipo: Volante, Caixa Direção, Bezel, Cabo Direção 16 Pés,

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Quantidade Total: 80000

Critério de Valor: Valor Máximo Aceitável

Quantidade Máxima para Adesões: 160000

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Unitário (R$): 1,00

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): São Gabriel da Cachoeira/AM (80000)

Fls. Nº 344

Ass.

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 00015/2022 - UASG 160515

Nº Processo: 64125001805202261. Objeto: Eventual aquisição de peças para motor de popa.. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 16/11/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Area Militar Capitao Nobuo Oba, S/nr, Bairro Cachoeirinha, - São Gabriel da Cachoeira/AM ou https://www.gov.br/compras/edital/160515-5-00015-2022. Entrega das Propostas: a partir de 16/11/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/11/2022 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Havendo divergencia entre o descrito CATMAT e o especificado no Anexo I-TR, prevalecerá o Anexo I-TR para fins de proposta..

KENZO YOTSUJI
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 11/11/2022) 160515-00001-2022NE000001

345

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação para Publicação-Divulgação

11/11/2022 13:33:46

Este Aviso de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 16/11/2022 e Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160515 - COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00015/2022	Registro de Preço (SRI	Eletrônico	Aberto/Fechado

Nº da IRP: 00024/2022

Nº do Processo	Tipo de Licitação	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
6412500180520226	Menor Preço	Sim	Não

Validade da Ata SRP: 12 mes(es) — ☐ Equalização de ICMS — ☐ Internacional — Quantidade de Itens: 4

Objeto:

Eventual aquisição de peças para motor de popa.

Data da Publicação/Divulgação: 16/11/2022

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 16/11/2022 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 28/11/2022 às 10:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
160515	COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Gestão	Empenho		
00001	2022	NE	000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

Fls. Nº 346

1º DEPÓSITO DE SUPRIMENTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 160307

Número do Contrato: 3/2016.
Nº Processo: 64450.002771/2015-19.
Inexigibilidade. Nº 7/2015. Contratante: 1.DEPOSITO DE SUPRIMENTO. Contratado: 34.028.316/0002-94 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Prorrogação por mais 12(doze) meses de contrato referente a serviço de postagem e envio de correspondências.. Vigência: 03/11/2022 a 03/11/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 10.010,03. Data de Assinatura: 03/11/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 03/11/2022).

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2022 - UASG 160482

Nº Processo: 64307012146202250 . Objeto: Aquisição de Veículo aéreo não tripulado para utilização do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.. Justificativa: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993. Declaração de Inexigibiiidade em 10/11/2022. ADRIANO MARTINS SOUZA. Ordenador de Despesas. Ratificação em 10/11/2022. MARCELO LORENZINI ZUCCO. Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Valor Global: R$ 210.000,00. CNPJ CONTRATADA : 14.854.SS2/0001-71 NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA..

(SIDEC - 11/11/2022) 160482-00001-2022NE000001

2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022 - UASG 160515

Nº Processo: 64125001805202261. Objeto: Eventual aquisição de peças para motor de popa.. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 16/11/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Area Militar Capitao Nobuo Oba, S/nr, Bairro Cachoeirinha, - São Gabriel da Cachoeira/AM ou https://www.gov.br/compras/edital/160515-5-00015-2022. Entrega das Propostas: a partir de 16/11/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/11/2022 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Havendo divergencia entre o descrito CATMAT e o especificado no Anexo I-TR, prevalecerá o Anexo I-TR para fins de proposta..

KENZO YOTSUJI
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 11/11/2022) 160515-00001-2022NE000001

17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2022 - UASG 160349

Nº Processo: 64315.007139/2022-37.
Pregão Nº 20/2022. Contratante: COMANDO DA 17 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA.
Contratado: 44.219.531/0001-45 - AMANDA MARIA PEREIRA BESERRA 03912016208.
Objeto: Contratação de serviços de manutenção e conservação de bens imóveis.
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 09/11/2022 a 09/11/2023. Valor Total: R$ 103.995,90. Data de Assinatura: 07/11/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 10/11/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 12/2022 - UASG 160349

Número do Contrato: 41/2019.
Nº Processo: 64315.005137/2019-16.
Pregão. Nº 8/2019. Contratante: COMANDO DA 17 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. Contratado: 76.535.764/0001-43 - OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL. Objeto: Retificação do valor do termo de contrato 41/2019, que tem como objeto a contratação do serviço de internet banda larga, por ter sido publicado com incorreção no dou 212, de 09 nov 22.. Vigência: 01/10/2022 a 01/10/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 18.630,72. Data de Assinatura: 01/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 01/10/2022).

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2022 - UASG 160348

Nº Processo: 64043.009576/2022. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.. Total de Itens Licitados: 278. Edital: 16/11/2022 das 08h30 às 12h00 e das 14h00 às 16h30. Endereço: Av. Rogerio Weber 01 - Bairro Militar, - Porto Velho/RO ou https://www.gov.br/compras/edital/160348-5-00041-2022. Entrega das Propostas: a partir de 16/11/2022 às 08h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/11/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais:

RENATO COARY DE IRACEMA GOMES
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 11/11/2022) 160348-00001-2022NE000001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2022 - UASG 160348

Nº Processo: 640430043852022. Objeto: Aquisição de insumo asfáltico (repetição grupo fracassado referente ao pregão eletrônico nº 35/2022.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 16/11/2022 das 08h30 às 11h30 e das 14h00 às 16h00. Endereço: Av. Rogerio Weber 01 - Bairro Militar, - Porto Velho/RO ou https://www.gov.br/compras/edital/160348-5-00043-2022. Entrega das Propostas: a partir de 16/11/2022 às 08h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/11/2022 às 15h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais:

RENATO COARY DE IRACEMA GOMES
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 11/11/2022) 160348-00001-2022NE000001

6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2022 - UASG 160353

Nº Processo: 64044.005805/2022-30.
Dispensa Nº 30/2022. Contratante: 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO.
Contratado: 40.432.544/0001-47 - CLARO S.A.. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia móvel e acesso a dados móveis.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: II. Vigência: 04/10/2022 a 04/10/2023. Valor Total: R$ 14.400,00. Data de Assinatura: 04/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 11/11/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2022 - UASG 160353

Nº Processo: 64044.005805/2022-30.
Dispensa Nº 30/2022. Contratante: 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO.
Contratado: 40.432.544/0001-47 - CLARO S.A.. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia móvel e acesso a dados móveis.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: II. Vigência: 04/10/2022 a 04/10/2023. Valor Total: R$ 14.400,00. Data de Assinatura: 04/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 11/11/2022).

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 25/2022

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 64044003966202299. , publicada no D.O.U de 24/10/2022 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresas especializadas em serviço de locação de equipamentos e veículos a serem empregados na obra de implantação e pavimentação da BR 432/RR no município de Cantá, RR, e também em prol do Destacamento de Engenharia da Operação Acolhida. Novo Edital: 16/11/2022 das 08h30 às 13h00 e de14h30 às 17h59. Endereço: Av Cap Ene Garcez, 1037 Mecejana - BOA VISTA - RREntrega das Propostas: a partir de 16/11/2022 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 28/11/2022, às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br.

WAGNER FERNANDES DOS SANTOS
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 11/11/2022) 160353-00001-2022NE000001

8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2022 - UASG 160171

Nº Processo: 64046004809202281. Objeto: Aquisição de Materiais de Construção e Ferramentas, visando atender às necessidades do 8º Batalhão de Engenharia de Construção, nas reformas das instalações do Destacamento Matapi localizado na cidade de Macapá. Total de Itens Licitados: 407. Edital: 16/11/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h30. Endereço: Rodovia Santarem/cuiaba Km 10 Serra do Piquiatuba Cipoal, - SANTAREM/PA ou https://www.gov.br/compras/edital/160171-5-00029-2022. Entrega das Propostas: a partir de 16/11/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 28/11/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais:

LUCIANO FLAVIO ALMEIDA DE LIMA
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 11/11/2022) 160171-00001-2022NE002061

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS / 12ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2022 - UASG 160017

Nº Processo: 64333004099202253 . Objeto: Serviço de Capacitação em Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Segundo a Nova Lei de Licitações e Contratos Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.. Justificativa: Por restringir a competitividade, devido a singularidade do objeto demandado. Declaração de Inexigibilidade em 18/10/2022. MARCELO AUGUSTO DE MELLO. Ordenador de Despesas. Ratificação em 21/10/2022. IVAN ALEXANDRE CORREA SILVA. Cmdt Gpt e. Valor Global: R$ 45.000,00. CNPJ CONTRATADA : 43.471.725/0001-70 R8 GESTAO EM CAPACITACAO LTDA.

(SIDEC - 11/11/2022) 160017-00001-2022NE000001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nr 003/2022
Contratante: CRO/12
Contratado: CYNTHYA LARISSA ALBUQUERQUE BASTOS
Função: Arquiteto(a) Pleno
Objeto: contratação de PCTD para atender encargos temporários e excepcionais de obras e serviços de engenharia relativos à implantação dos Projetos Estratégicos e Estruturantes do Exército a cargo da CRO/12.
Escolaridade: Nível Superior
Remuneração Mensal: R$ 7.359,05
Aditivo de Prorrogação: Por mútuo acordo entre as partes, o CIT por Prazo Determinado Nr 003/2022-CRO/12, de 1º FEV 22, vinculado ao Edital nº 01/2021-PCTD/CRO12, de 06 JAN 21, atualizado em 12 JUL 21, e regido pela Lei nº 8.745, de 09 DEZ 93, que vence em 31 de outubro de 2022, fica prorrogado por 03 (três) meses.
Vigência: 1º de novembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023.
Data da Assinatura: 28 de outubro de 2022.
Signatários: Marcelo Augusto de Mello - Tenente Coronel- Chefe da CRO/12 e Cynthya Larissa Albuquerque Bastos.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nr 007/2022
Contratante: CRO/12
Contratado: IRAMAR LIMA DA SILVA
Função: Técnico em Tecnologia da Informação
Objeto: contratação de PCTD para atender encargos temporários e excepcionais de obras e serviços de engenharia relativos à implantação dos Projetos Estratégicos e Estruturantes do Exército a cargo da CRO/12.
Escolaridade: Nível Médio Técnico
Remuneração Mensal: R$ 3.419,97
Aditivo de Prorrogação: Por mútuo acordo entre as partes, o CIT por Prazo Determinado Nr 007/2022-CRO/12, de 1º FEV 22, vinculado ao Edital nº 01/2021-PCTD/CRO12, de 06 JAN 21, atualizado em 12 JUL 21, e regido pela Lei nº 8.745, de 09 DEZ 93, que vence em 31 de outubro de 2022, fica prorrogado por 03 (três) meses.
Vigência: 1º de novembro de 2022 a 31 de janeiro de 2023.
Data da Assinatura: 28 de outubro de 2022.
Signatários: Marcelo Augusto de Mello - Tenente Coronel- Chefe da CRO/12 e Iramar Lima da Silva.

Portal do Governo Brasileiro (http://brasil.gov.br) Atualize sua Barra de Governo (http://epwg.governoeletronico.gov.br/barra/atualize.html)
ACESSIBILIDADE (/ACESSIBILIDADE.HTML)
ALTO CONTRASTE

Fls. Nº 347
Ass.

Comando Militar da Amazônia

2ª Brigada de Infantaria de Selva

NÓS PROTEGEMOS A REGIÃO DA "CABEÇA DO CACHORRO"
(https://www.2bdainfsl.eb.mil.br/)

Fechar (x)
Buscar no portal

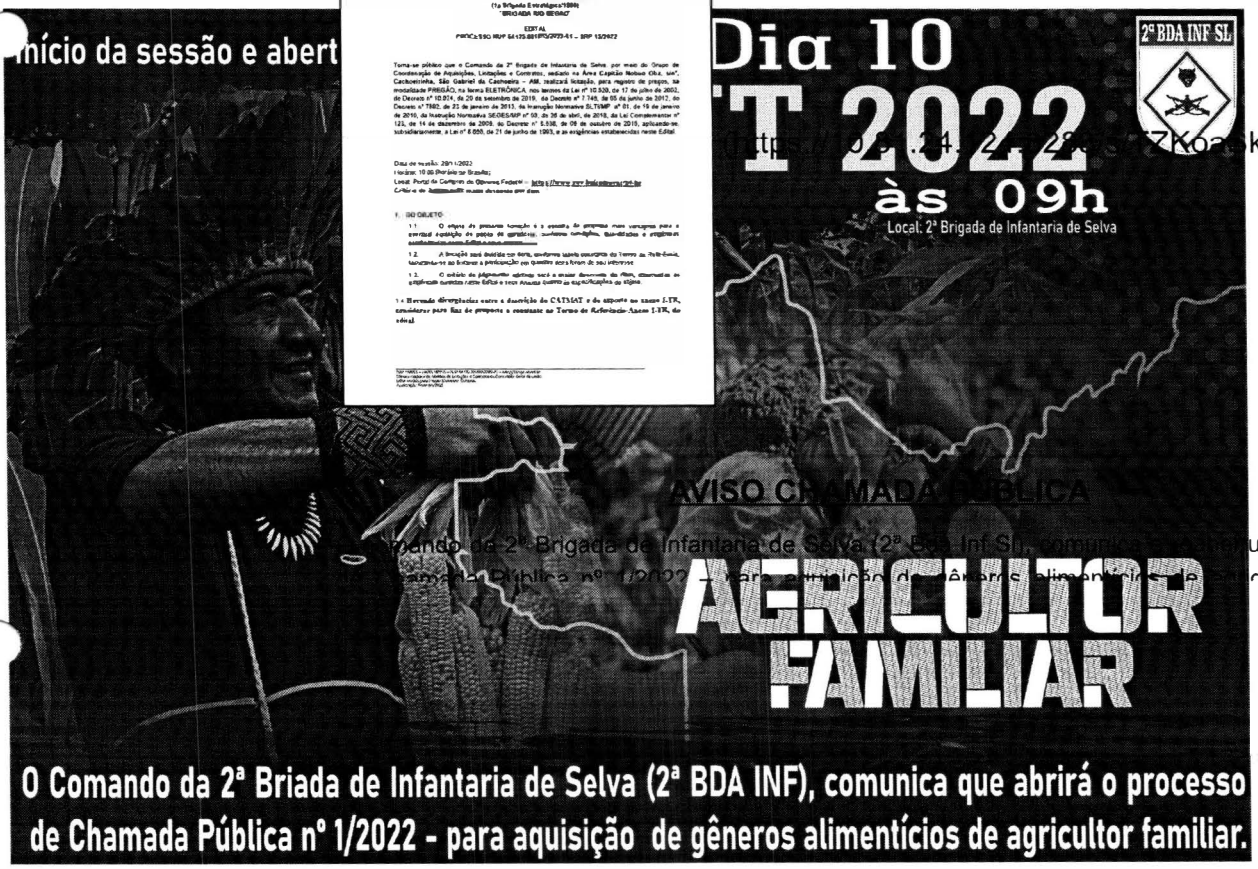
AVISO DE SRP

SRP 15/2022 - Eventual Aquisição de peças para motor de popa

MENU

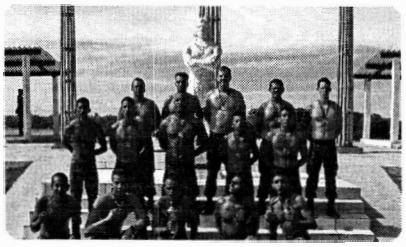
Clique na imagem abaixo para visualizar o EDITAL

Destaque



Últimas Notícias

Fls. Nº 347
Ass.



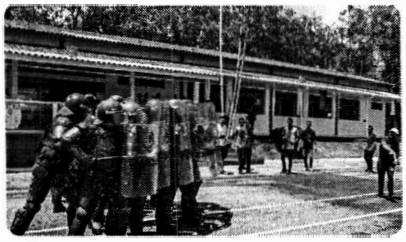
2º BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA REALIZA PENTATLO MILITAR DE SELVA (/ultimas-noticias/2-brigada-de-infantaria-de-selva-realiza-pentatlo-militar-de-selva.html)

São Gabriel da Cachoeira (AM) – São Gabriel da Cachoeira (AM) – Nos dias 17 a 21 de outubro de 2022, a 2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf Sl) realizou a 2ª edição da competição desportiva de Pentatlo Militar de Selva da...



2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA INAUGURA POLO - EAD DO COLÉGIO MILITAR DE MANAUS (/ultimas-noticias/2-brigada-de-infantaria-de-selva-inaugura-polo-ead-do-colegio-militar-de-manaus.html)

São Gabriel da Cachoeira (AM) – Nos dias 18 e 19 de outubro de 2022, a 2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf Sl) recebeu a comitiva do Colégio Militar de Manaus (CMM)/ Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) para...



2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA REALIZA INSTRUÇÕES PARA GARANTIA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO DAS ELEIÇÕES 2022 (/ultimas-noticias/2-brigada-de-infantaria-de-selva-realiza-instrucoes-para-garantia-de-votacao-e-apuracao-das-eleicoes-2022.html)

São Gabriel da Cachoeira (AM) – De 19 a 23 de setembro de 2022, a 2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf Sl) realizou instruções preparatórias destinadas aos militares que serão empregados na Operação de Garantia da Votação e...

MAIS NOTÍCIAS (/ULTIMAS-NOTICIAS.HTML) >

Vídeos em Destaque

O Soldado do Exército Brasileiro - legendando em espanhol

O Soldado do Exército Brasileiro - legendado em espanhol

349

O Soldado do Exército Brasileiro - Legendando em inglês



O Soldado do Exército Brasileiro - legendado em inglês

MAIS VÍDEOS (HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/CHANNEL/UCKY6YXKPJYSOJ9MUEREVRNG) >

Voltar para o topo

Assuntos

Mensagem do Comandante (/comandante.html)

Galeria dos Comandantes (/galeria-cmts.html)

A Brigada Rio Negro (/resumo-historico.html)

Organograma (/organograma.html)

Palestra do Comandante (https://pt.calameo.com/read/0054421520236b0d7d66f)

Sobre o site

Acessibilidade (/acessibilidade.html)

Mapa do site (/mapa-do-site.html)

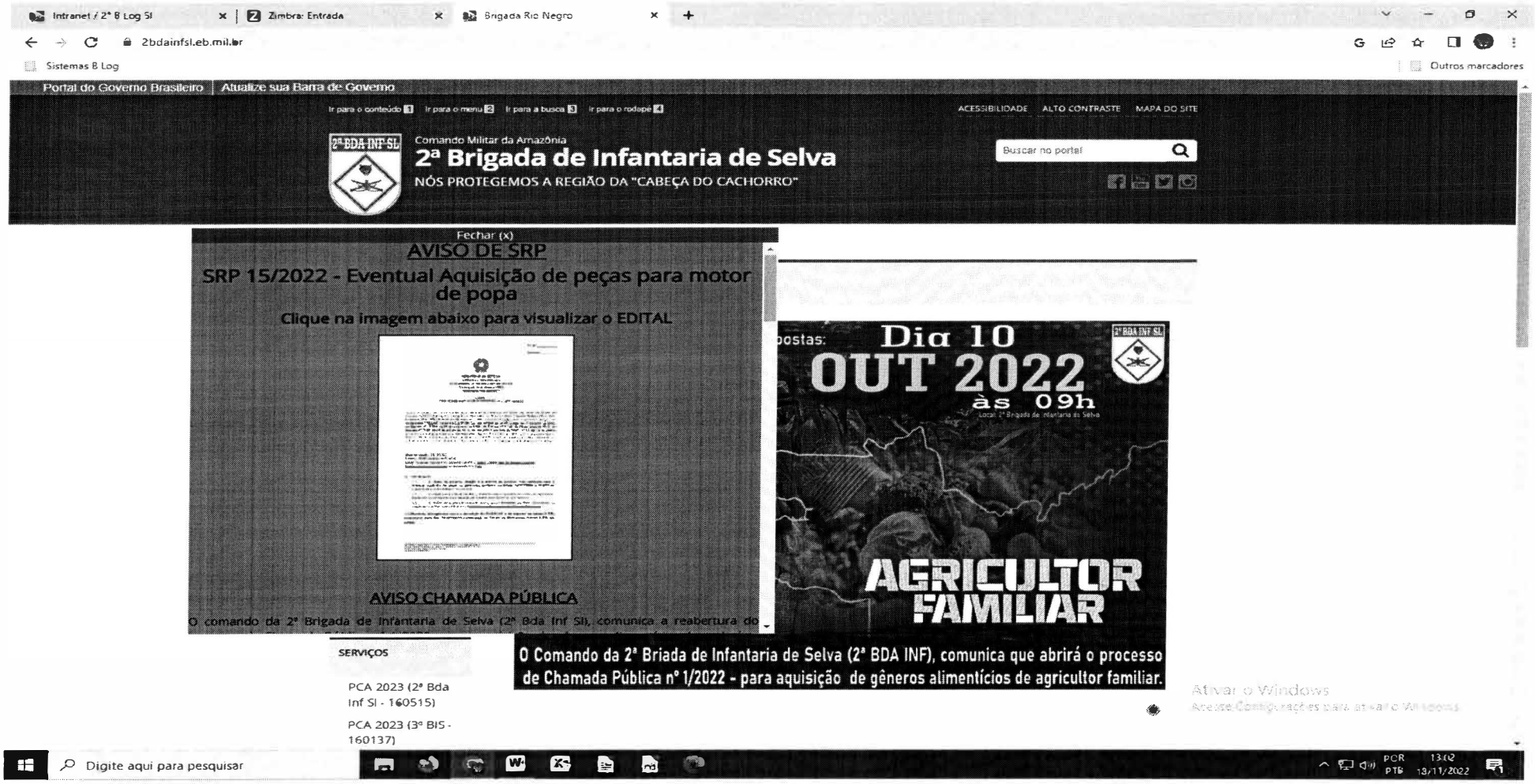


(http://www.acessoainformacao.gov.br/)

Desenvolvido com o CMS de código aberto Joomla (http://www.joomla.org)

Voltar para o topo

https://www.2bdainfsl.eb.mil.br/



350

FL Nº 351
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

SRP 15/2022 - PROCESSO NUP: 64125.001805/2022-61

DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS DE EXEQUIBILIDADE

Declaro para os devidos fins, que durante a Fase de Julgamento das Propostas do SRP 152022, foram realizadas as diligências de Exequibilidade, conforme registros no chat (ata) disponível no Sistema Comprasnet e anexada em cópia a esta Declaração.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 02 de dezembro de 2022

JOÃO MARCOS DIAS DA SILVA RODRIGUES – 2º Ten
Pregoeiro

FL Nº 352
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

DECLARAÇÃO DE RESPOSTA DO SETOR REQUISITANTE AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS ENVIADOS POR E-MAL

Declaro para os devidos fins, que durante a Fase de Julgamento das Propostas do SRP 152022, foram realizadas as diligências pelo Pregoeiro, junto ao Setor Requisitante, através envio de e-mail pelo (salc@2blogsl.eb.mil.br) para : Almox Blog e almox@2blogsl.eb.mil.br, sendo as as mesmas respondidas presencialmente pelo 2º Ten Dias Rodriguês e 1º Sgt Rodrigo Luiz, na SALC. Em anexo a esta declaração segue os e-mails.

São Gabriel da Cachoeira/AM, 02 de dezembro de 2022

JOÃO MARCOS DIAS DA SILVA RODRIGUES – 2º Ten
Pregoeiro

FL Nº 353
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2ª BRIGADA DE INFANARIA DE SELVA
"BRIGADA RIO NEGRO"

NUP: 64125.001805/2022-61
PREGÃO ELETRÔNICO 15/2022

DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO - DILIGÊNCIA RENDIMENTOS RECEBIDOS

1. Declaro para os devidos fins, que foram realizadas diligências no Portal da Transparência do Governo Federal e na Lei Complementar Nr 123, de 14 de dezembro de 2006 para a análise dos rendimentos recebidos **pelas empresas com as propostas aceitas e habilitadas no SRP 15/2022.**
2. Ainda, segue abaixo uma tabela com as empresas e respectivo CNPJ, porte conforme SICAF, rendimentos recebidos nos anos 2021 (janeiro a dezembro) e 2022, janeiro a dezembro, (conforme verificado no portal da transparência):

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

"CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
(Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

*§ 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no **caput** deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.*

*§ 2º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se refere o **caput** deste artigo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a*

empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

§ 3º O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

*III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;*

*IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;*

*V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;*

VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 5º O disposto nos incisos IV e VII do § 4º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 6º Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte incorrer em alguma das situações previstas nos incisos do § 4º, será excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, bem como do regime de que trata o art. 12, com efeitos a

partir do mês seguinte ao que incorrida a situação impeditiva.

§ 7º Observado o disposto no § 2º deste artigo, no caso de início de atividades, a microempresa que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do ***caput*** *deste artigo passa, no ano-calendário seguinte, à condição de empresa de pequeno porte.*

§ 8º Observado o disposto no § 2º deste artigo, no caso de início de atividades, a empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, não ultrapassar o limite de receita bruta anual previsto no inciso I do ***caput*** *deste artigo passa, no ano-calendário seguinte, à condição de microempresa.*

§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do ***caput*** *deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12.*

§ 9º-A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do ***caput****."*

RESUMO:
LIMITE EPP: superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00
LIMITE ME: receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

EMPRESA	PORTE	Declaração ME/EPP no Comprasnet	ANO 2021	ANO 2022
08.680.155/0001-28 – MJ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	ME	Data Declarações: 24/11/2022 16:53 Declaração MEE/EPP: SIM	R$ -	R$ 150.690,15

FONTE PORTAL DA TRANSPARENCIA e SICAF:
https://www.portaldatransparencia.gov.br/despesas/favorecido?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=data%2CdocumentoResumido%2ClocalizadorGasto%2Cfase%2Cespecie%2Cfavorecido%2CufFavorecido%2Cvalor%2Cug%2Cuo%2Corgao%2CorgaoSuperior%2Cgrupo%2Celemento%2Cmodalidade%2CplanoOrcamentario%2Cautor&de=01%2F01%2F2022&ate=30%2F11%2F2022&favorecido=2418643&faseDespesa=3&ordenarPor=valor&direcao=desc

FL Nº 356
Rubrica

3. Com base nas informações levantadas no SICAF e Portal da Transparência verificou-se que as empresas estão dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar Nr 123, de 14 de dezembro de 2006 para os seus respectivos portes.

Quartel em São Gabriel da Cachoeira/AM, 02 de dezembro de 2022

JOÃO MARCOS **DIAS** DA SILVA **RODRIGUES** – 2º Ten
Pregoeiro

FILTROS APLICADOS:

Período de: 01/01/2021
Período até: 31/12/2021
Favorecido: 08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
Fase da Despesa: Pagamento

LIMPAR

Dados atualizados até: 27/02/2023

DATA	DOCUMENTO	LOCALIDADE DE APLICAÇÃO DO RECURSO	FASE DA DESPESA	ESPÉCIE	FAVORECIDO	UF DO FAVORECIDO	VALOR	UG	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ÓRGÃO	ÓRGÃO SUPERIOR	GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	MODALIDADE DE DESPESA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	NOME DO AUTOR DA EMENDA
Nenhum registro encontrado																

Fls. Nº 337
Ass.

FILTROS APLICADOS:

Período de: 01/01/2022
Período até: 31/12/2022
Favorecido: 08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
Fase da Despesa: Pagamento

LIMPAR

Dados atualizados até: 27/02/2023

DATA	DOCUMENTO	LOCALIDADE DE APLICAÇÃO DO RECURSO	FASE DA DESPESA	ESPÉCIE	FAVORECIDO	UF DO FAVORECIDO	VALOR	UG	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ÓRGÃO	ÓRGÃO SUPERIOR	GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA	MODALIDADE DE DESPESA	PLANOORÇAMENTÁRIO	NOME DO AUTOR DA EMENDA
11/11/2022	2022OB801449	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	16.346,54	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0002 - OPERACOES NAS AREAS DE FRONTEIRA	0000
11/11/2022	2022OB801471	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	14.052,39	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0002 - APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS	0000
18/11/2022	2022OB804611	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	13.968,85	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	30 - Material de Consumo	90 - Reserva de Contingência	0002 - OPERACOES NAS AREAS DE FRONTEIRA	0000
20/12/2022	2022OB801711	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	12.711,81	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	30 - Material de Consumo	90 - Reserva de Contingência	0000 - PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	0000
11/10/2022	2022OB803872	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	8.567,65	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	30 - Material de Consumo	90 - Reserva de Contingência	0001 - PRODUCAO DE AUXILIOS A NAVEGACAO	0000
11/11/2022	2022OB801460	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	7.363,80	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0002 - APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS	0000
03/11/2022	2022OB804351	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	6.133,52	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0002 - APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS	0000
21/12/2022	2022OB805272	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	5.430,13	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0001 - ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS MEDIANTE COOPERACAO COM A MARINHA DO BRASIL	0000
27/09/2022	2022OB803546	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	5.349,00	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério daDefesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0001 - PRODUCAO DE AUXILIOS A NAVEGACAO	0000
28/09/2022	2022OB801245	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIALLTDA	AM	5.113,63	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministérioda Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0002 - APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS	0000
03/11/2022	2022OB804353	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	4.962,98	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0002 - APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS	0000
21/12/2022	2022OB805284	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIALLTDA	AM	4.530,60	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministérioda Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0001 - ATENCAO A SAUDE DAS POPULACOES RIBEIRINHAS MEDIANTE COOPERACAO COM A MARINHA DO BRASIL	0000
11/11/2022	2022OB804505	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	4.481,54	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	30 - Material de Consumo	90 - Reserva de Contingência	0002 - APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS	0000
22/12/2022	2022OB805356	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	4.190,05	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministérioda Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0001 - REGISTRO E FISCALIZACAO DE EMBARCACOES	0000
03/11/2022	2022OB804352	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	3.940,43	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3 - Outras Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	90 - Reserva de Contingência	0002 - APRESTAMENTO DAS FORCAS NAVAIS	0000



DOCUMENTO	LOCALIZADOR DO GASTO	FASE	ESPÉCIE	Favorecido	UF DO FAVORECIDO	UG	Unidade Orcamentária	Órgão	Órgão Superior	VALOR	Grupo de Despesa
788820000012022DF801887	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	234	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF801888	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	351	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DR800335	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	200	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DR800336	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	300	3 - Outras Despesas Correntes

Fls. Nº 359

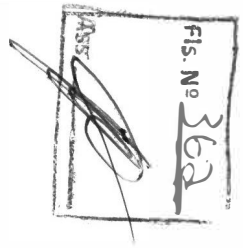
788820000012022OB803545	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3.566,00	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB803546	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	5.349,00	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DF800503	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	564,86	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DR800176	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	298,87	3 - Outras Despesas Correntes

Fls. Nº 360
Ass.

788810000012022OB801245	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	5.113,63	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802048	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	532,35	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF000098	0001 - NACIONAL	Pagamento	Estorno / Cancelamento	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	-61,42	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802072	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	61,42	3 - Outras Despesas Correntes



788820000012022DF802074	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	46,8	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802090	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	38,02	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DR800383	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	32,5	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB803872	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	8.567,65	3 - Outras Despesas Correntes



788820000012022OB803940	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	753,2	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB803969	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	579,48	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802159	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	175,5	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DR800394	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	150	3 - Outras Despesas Correntes

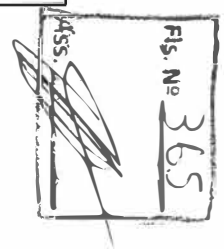
Fls. Nº 363

788820000012022OB804064	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	2.674,50	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802274	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	402,48	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802275	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	258,57	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802276	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	325,67	3 - Outras Despesas Correntes

Ass.

Fls. Nº 364

788820000012022DR800426	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	344	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DR800427	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	221	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DR800428	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	278,35	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB804351	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	6.133,52	3 - Outras Despesas Correntes



788820000012022OB804352	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3.940,43	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB804353	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	4.962,98	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802357	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	278,46	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DF800597	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	1.072,66	3 - Outras Despesas Correntes



788810000012022DF800598	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	922,11	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DF800599	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	483,21	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DR800206	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	788,13	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DR800207	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	413	3 - Outras Despesas Correntes



788810000012022DR800208	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	916,8	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022OB801449	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	16.346,54	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022OB801460	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	7.363,80	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022OB801471	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	14.052,39	3 - Outras Despesas Correntes



788820000012022OB804505	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	4.481,54	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802432	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	867,95	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB804611	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	13.968,85	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802617	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	40,95	3 - Outras Despesas Correntes



788820000012022OB804926	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	659,05	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DF800650	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	131,57	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DF800651	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	158,16	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DF800652	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	789,85	3 - Outras Despesas Correntes



788810000012022OB801711	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	12.711,81	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022OB801713	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	2.117,47	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022OB801718	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	2.545,38	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802740	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	356,32	3 - Outras Despesas Correntes



788820000012022DF802744	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	297,3	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802745	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	136,71	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DR800488	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	304,55	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DR800489	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	254,1	3 - Outras Despesas Correntes

Fls. Nº 372
Ass.

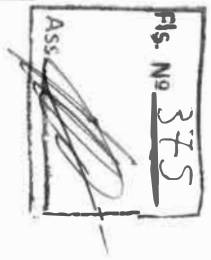
788820000012022DR800490	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	116,85	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802818	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	274,95	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DR800496	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	235	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB805272	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	5.430,13	3 - Outras Despesas Correntes

Fls. Nº 373
Ass.

788820000012022OB805284	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	4.530,60	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB805286	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	2.083,44	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB805356	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NAVAL	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	4.190,05	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022DF802928	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	406,16	3 - Outras Despesas Correntes

Fls. Nº 374
Ass.

788820000012022DR800508	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	214,9	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DF800666	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	17,9	3 - Outras Despesas Correntes
788810000012022DF800667	0001 - NACIONAL	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	MINISTERIO DA DEFESA	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	660,21	3 - Outras Despesas Correntes
788820000012022OB805516	0010 - NA REGIÃO NORTE	Pagamento	Original	08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	AM	CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Comando da Marinha	Ministério da Defesa	3.676,94	3 - Outras Despesas Correntes
Valor total										150690,15	



Fls. Nº 376

MJ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

CNPJ. 08.680.155/0001-28
Fone: (92) 99162-6655
Endereço: Av. Cosme Ferreira, nº 11.122, Conjunto Santa Maria, Bairro Mauazinho
CEP: 69075-775, Manaus - AM
Email: mjrepresentacaoltda@gmail.com

Data da Emissão: Manaus -AM, 29 de Novembro de 2022

Pregão Eletrônico Nº 015 / 2022

DADOS DO CLIENTE:

Nome: Exército Brasileiro - Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Assunto: Proposta de Preços

Contato: Comissão permanente de licitação **Email:** xxxx

Do objeto Aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa, a fim de atender as necessidades das Diversas Organizações Militares do Comando do Exército - **Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva,** conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumentos.

Itens	Descrição dos serviços	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Unit com Desc. 12,33%	Valor total
1	Aquisição de peças de motores de popa YAMAHA, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/ genuína (ABNT NBR 15296/2015), com base no valor das peças das tabelas das fabricantes/ montadoras YAMAHA.	Pçs	614811	R$ 1,00	R$ 0,88	R$ 539.004,80
2	Aquisição de peças de motores de popa YAMAHA, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/ genuína (ABNT NBR 15296/2015), com base no valor das peças das tabelas das fabricantes/ montadoras YAMAHA. **Cota reservada item 1, até 25%.**	Pçs	80000	R$ 1,00	R$ 0,88	R$ 70.136,00
3	Aquisição de peças de motores de popa MERCURY, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/ genuína (ABNT NBR 15296/2015), com base no valor das peças das tabelas das fabricantes/ montadoras	Pçs	1026923	R$ 1,00	R$ 0,88	R$ 900.303,39

Valor Total dos Seviços R$ 1.509.444,20

Valor Total do Orçamento R$ 1.509.444,20

Outras informações Declaramos que, no preço acima ofertado, estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes etc, bem como, as isenções tributárias previstas em lei

Validade da proposta 90 dias corridos **Prazo de entrega** 30 dias corridos

Forma de pagamento Nota de empenho **Prazo de garantia** 06 meses

Dados bancários para pagamento Banco Santander [redacted]-8

MJ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA.

Marcelo Castro Silva
Sócio propietário
MJ Representação Comercial LTDA
CNPJ: 08.680.155/0001-28

Fls. Nº 377

Ass.

MJ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

CNPJ. 08.680.155/0001-28
Fone: (92) 99162-6655
Endereço: Av. Cosme Ferreira, n° 11.122, Conjunto Santa Maria, Bairro Mauazinho
CEP: 69075-775, Manaus - AM
Email: mjrepresentacaoltda@gmail.com

Data da Emissão: Manaus -AM, 28 de Novembro de 2022

Pregão Eletronico
N° 015 / 2022

DADOS DO CLIENTE:

Nome: COMANDO DO EXERCITO - COMANDO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Assunto: Proposta de Preços

Contato: Comissão permanente de licitação **E-mail:** xxxx

Do objeto Aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa, a fim de atender as necessidades das Diversas Organizações Militares do Comando do Exército - **Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva,** conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumentos.

Itens	Descrição dos serviços	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor total
1	Aquisição de peças de motores de popa YAMAHA, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/ genuína (ABNT NBR 15296/2015), com base no valor das peças das tabelas das fabricantes/ montadoras YAMAHA.	Und.	614811	R$ 1,00	R$ 614.811,00
2	Aquisição de peças de motores de popa YAMAHA, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/ genuína (ABNT NBR 15296/2015), com base no valor das peças das tabelas das fabricantes/ montadoras YAMAHA. **Cota reservada item 1, até 25%.**	Und.	80000	R$ 1,00	R$ 80.000,00
3	Aquisição de peças de motores de popa MERCURY, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/ genuína (ABNT NBR 15296/2015), com base no valor das peças das tabelas das fabricantes/ montadoras	Und.	1026923	R$ 1,00	R$ 1.026.923,00
4	Aquisição de peças de motores de popa MERCURY, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/ genuína (ABNT NBR 15296/2015), com base no valor das peças das tabelas das fabricantes/ montadoras **cota reservada item 3, até 25%.**	Und.	160000	R$ 1,00	R$ 160.000,00

Valor Total dos Seviços R$ **1.881.734,00**

Valor Total do Orçamento R$ **1.881.734,00**

Outras informações Declaramos que, no preço acima ofertado, estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes etc, bem como, as isenções tributárias previstas em lei

Validade da proposta 120 dias corridos **Prazo de entrega** 75 dias corridos

Forma de pagamento Nota de empenho **Prazo de garantia** 06 meses

Dados bancários para pagamento Banco Santander [redacted]

Marcelo Castro Silva
Sócio proprietário
MJ Representação Comercial LTDA
CNPJ: 08.680.155/0001-28

Fls. Nº 378

Ass.

MJ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

CNPJ. 08.680.155/0001-28
Fone: (92) 99162-6655
Endereço: Av. Cosme Ferreira, n° 11.122, Conjunto Santa Maria, Bairro Mauazinho
CEP: 69075-775, Manaus - AM
Email: mjrepresentacaoltda@gmail.com

Data da Emissão: Manaus -AM, 29 de Novembro de 2022

Pregão Eletrônico Nº 015 / 2022

DADOS DO CLIENTE:

Nome: Exército Brasileiro - Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva

Assunto: Proposta de Preços

Contato: Comissão permanente de licitação **Email:** xxxx

Do objeto Aquisição de peças, suprimentos ou acessórios genuínos para motores de popa, a fim de atender as necessidades das Diversas Organizações Militares do Comando do Exército - **Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva,** conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumentos.

Itens	Descrição dos serviços	Und	Qtd	Valor Unit.	Valor Unit com Desc. 12,33%	Valor total
4	Aquisição de peças de motores de popa MERCURY, que atendam às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade das peças de produção original/ genuína (ABNT NBR 15296/2015), com base no valor das peças das tabelas das fabricantes/ montadoras **cota reservada item 3, até 25%.**	Pçs	80000	R$ 1,00	R$ 0,88	R$ 70.136,00
Valor Total dos Seviços					**R$**	**70.136,00**
Valor Total do Orçamento				**R$**		**70.136,00**

Outras informações Declaramos que, no preço acima ofertado, estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes etc, bem como, as isenções tributárias previstas em lei

Validade da proposta 90 dias corridos **Prazo de entrega** 30 dias corridos

Forma de pagamento Nota de empenho **Prazo de garantia** 06 meses

Dados bancários para pagamento Banco Santa [redacted]

Marcelo Castro Silva
Sócio propietário
MJ Representação Comercial LTDA
CNPJ: 08.680.155/0001-28

MJ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA.

Fls. Nº 379

Ass.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**08.680.155/0001-28**	DUNS®:	**839864595**
Razão Social:	**MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA**		
Nome Fantasia:	**MJD REPRESENTACAO COMERCIAL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**09/06/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**28/12/2022**
FGTS		Validade:	**07/12/2022**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**07/05/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**08/12/2022**
Receita Municipal	Validade:	**04/01/2023**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2023**

CPF: 1[redacted] Nome: JOAO MARCOS DIAS DA SILVA RODRIGUES

Ass: _____

Fls. Nº 380

Ass.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 29/11/2022 13:27:41

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA**
CNPJ: **08.680.155/0001-28**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

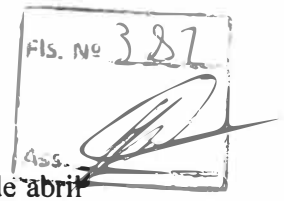
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e



racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Fls. Nº 382

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO

Requerente: **MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA**

CNPJ: **08.680.155/0001-28**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, até a presente data, **NÃO CONSTA** dos sistemas de informação deste Tribunal nenhum processo no qual MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA, CNPJ 08.680.155/0001-28, figure como responsável ou interessado.

A presente Certidão não abrange pesquisa na base de dados dos processos administrativos do Tribunal de Contas da União.

Certidão emitida às 13h29min42 do dia 29/11/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/verificaCertidao.faces

Código de controle da certidão: 36N8.BG55.ZW2C.KI74

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidara este documento.

Fls. Nº 383
Ass.

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	08.680.155/0001-28
NOME EMPRESARIAL:	MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R$400.000,00 (Quatrocentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DEBORAH QUINTINO SILVA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	MARCELO CASTRO SILVA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JOSE RICKLEY QUINTINO SILVA
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **29/11/2022** às **13:40** (data e hora de Brasília).

Fls. Nº 384
Ass.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.680.155/0001-28 **MATRIZ**		**06/03/2007**

NOME EMPRESARIAL
MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MJD REPRESENTACAO COMERCIAL	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.18-4-99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
25.99-3-99 - Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente
33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.14-7-05 - Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veiculos automotores
45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores
45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
46.15-0-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico
46.18-4-03 - Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico
46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV COSME FERREIRA	**11.122**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.075-775	**MAUAZINHO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MJREPRESENTACAO12@GMAIL.COM	**(92) 9162-6655**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**06/06/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/11/2022** às **13:39:20** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

FLS. Nº 385

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
08.680.155/0001-28 **MATRIZ**		**06/03/2007**

NOME EMPRESARIAL
MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
52.12-5-00 - Carga e descarga
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV COSME FERREIRA	**11.122**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.075-775	**MAUAZINHO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
MJREPRESENTACAO12@GMAIL.COM	**(92) 9162-6655**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**06/06/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/11/2022** às **13:39:20** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

GLOBAL-SUPPLIER **GLOBAL SUPPLIER COMÉRCIO DE PEÇAS E SER. DE MANUTENÇÃO EIRELI**
CNPJ: 08.794.436/0001-01
TEL. 3615-9390 / 99162-6655
Email: globalsupplierservicos@gmail.com
Manaus - Amazonas

Ao
Sr. José Rickley Quintino Silva
Representante da empresa MJ Representação Comercial LTDA.
Assunto: Atestado de Capacidade Técnica - ACT

Senhor representante,

Atestamos para os devidos fins, que a empresa MJ Representação Comercial LTDA, CNPJ. 08.680.155/0001-28, sob responsabilidade técnica do Sr. José Rickley Quintino Silva, forneceu a esta empresa, os materiais descritos na NF n° 000.000.020.

Valor total dos Materiais fornecidos:

R$ 23.861,50 (Vinte e três mil oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

Atestamos ainda que, tal fornecimento foi executado de forma satisfatória, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Manaus-AM, 24 de novembro de 2022.

Atenciosamente,

GLOBAL-SUPPLIER

Ilomar Caetano da Silva
Sócio Proprietário
GLOBAL SUPPLIER
CNPJ: 08.794.436/0001-01

Recebemos de MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.
Emissão: 24/11/2022 Dest/Reme: GLOBAL SUPPLIER COMERCIO DE PECAS E SERVICOS DE MANUTENCAO E Valor Total: 23.861,50

DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 000.000.020
Série 001

MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA

AV COSME FERREIRA, 11122 - MAUAZINHO - MANAUS - AM - CEP: 69075-775
Fone: (92)99162-6655
mjrepresentacaoltda@gmail.com

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA [1]
Nº 000.000.020
Série 001
Folha 1/1

CHAVE DE ACESSO
1322 1108 6801 5500 0128 5500 1000 0000 2010 7918 3730

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros	113222245405813 24/11/2022 11:46:56

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO	CNPJ / CPF
054458838		08.680.155/0001-28

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO
GLOBAL SUPPLIER COMERCIO DE PECAS E SERVICOS DE MANUTENCAO E			08.794.436/0001-01		24/11/2022
ENDEREÇO		**BAIRRO / DISTRITO**		**CEP**	**DATA DA SAÍDA**
RUA TEODORO SAMPAIO, 211 SALA B		SÃO JORGE		69033-160	24/11/2022
MUNICÍPIO	**UF**	**TELEFONE / FAX**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**		**HORA DA SAÍDA**
MANAUS	AM		042209382		11:06:51

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	V.APROX. TRIBUTOS (Fonte: IBPT/AM)	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
9.259,50	1.666,71	0,00	0,00	8.607,25 (36,07 %)	23.861,50
VALOR DO FRETE	**VALOR DO SEGURO**	**DESCONTO**	**OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS**	**VALOR DO IPI**	**VALOR TOTAL DA NOTA**
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.861,50

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	9 - SEM FRETE				
ENDEREÇO	**MUNICÍPIO**			**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR DESCONTO	VALOR LÍQUIDO	BASE DE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. % ICMS	ALÍQ. % IPI
35-802893Q01-10MIC	FILTRO SEPARADOR DE ÁGUA MERCURY - 10MIC	84212990	220	5102	UN	5	85,80	0,00	429,00	166,84	30,03	0,00	18.00	0,00
93306-305U3	ROLAMENTO DA MANIVELA CENT/INF 25/30 HP DM/VM MERCURY 15 HP/40 HP 3C	84099190	220	5102	UN	4	139,10	0,00	556,40	216,38	38,95	0,00	18.00	0.00
6H4-11610-00-3 RING	ANEL DE SEGMENTO STD 40/50JP 3C	84099190	220	5102	JG	3	92,30	0,00	276,90	107,69	19.38	0.00	18.00	0,00
6H4-11631-01-2 RING	PISTÃO COM PINO E GRAMPO STD 40 HP 3C/ 50 HP 3C	84099120	220	5102	JG	3	184,60	0,00	553,80	215,37	38,77	0,00	18.00	0,00
6H4-45113-00	JUNTA BASE 40 HP 3C YAMAHA	68129910	220	5102	UN	1	42,90	0,00	42,90	16,68	3.00	0.00	18.00	0.00
6H4-11181-00	JUNTA CABEÇOTE 40 HP 3C YAMAHA	68129910	220	5102	UN	1	87,10	0,00	87,10	33,87	6,10	0,00	18,00	0,00
6H3-44352-00	ROTOR BOMBA DA AGUA 60 HP 2T E F60 4T YMM	40169990	220	5102	UN	1	58,50	0,00	58,50	22,75	4,10	0,00	18,00	0,00
828942	VELA DE IGNIÇÃO JAPONESA NGK	85111000	220	5102	UN	3	46,80	0,00	140,40	54,60	9,83	0,00	18,00	0,00
006237	ENGRENAGEM (KIT) DF70A/90AWTL, 4T	84834090	220	5102	UN	1	4.810,00	0,00	4.810,00	1.870,61	336,71	0,00	18,00	0,00
002998	RETENTOR DO EIXO CARDAN DF70/70A/90AWTL, 4T	40169300	220	5102	UN	2	65,00	0,00	130,00	50,56	9,10	0,00	18,00	0,00
004177	RETENTOR DO OLEO DF225/250HP 4T	40169300	220	5102	UN	1	58,50	0,00	58,50	22,75	4,10	0,00	18.00	0,00
004863	RETENTOR EIXO DA HELICE DF70A/90AWTL 4T	84099113	220	5102	UN	2	52,00	0,00	104,00	40,45	7,28	0,00	18,00	0,00
004873	ROL. DA ENGRENAGEM DE RE DF70A/90AWTL, 4T	84821010	220	5102	UN	1	156,00	0,00	156,00	60,67	10,92	0,00	18.00	0,00
003053	ROLAMENTO CARDAM DF70/70A/90AWTL/115/140HP 4T	84822090	220	5102	UN	1	325,00	0,00	325,00	126,39	22,75	0,00	18,00	0,00
004842	5102	84099969	220	5102	UN	2	975,00	0,00	1.950,00	758,36	136,50	0,00	18,00	0,00
003032	BOMBA DE GASOLINA ALTA PRESSÃO 140 HP	84133010	220	5102	UN	4	2.340,00	0,00	9.360,00	3.640,10	655,22	0,00	18.00	0,00
008027	CABO DE DIREÇÃO 13" MULTIFLEX	84799090	220	5102	UN	1	845,00	0,00	845,00	328,62	59,15	0,00	18,00	0,00
008030	CABO DE DIREÇÃO 16" MULTIFLEX	84799090	220	5102	UN	1	923,00	0,00	923,00	358,95	64,61	0,00	18,00	0,00
008046	CABO DE MANETE 13" MULTIFLEX	84799090	220	5102	UN	2	247,00	0,00	494,00	192,12	34,58	0,00	18.00	0,00
008051	CABO DE MANETE 18" MULTIFLEX	84799090	220	5102	UN	2	312,00	0,00	624,00	242,67	43,68	0,00	18.00	0.00
007988	OLEO MOBILUBE HDA 85 W90	27101932	060	5405	L	1	52,00	0,00	52,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00
003039	ROTOR DF70/70A/90AWTL 4T	84139190	220	5102	UN	1	325,00	0,00	325,00	126,39	22,75	0,00	18.00	0.00
007870	VELA IGNIÇÃO DF50/60A/70A/90AWTLHP 4T	85111000	220	5102	UN	20	78,00	0,00	1.560,00	606,68	109.20	0,00	18.00	0.00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
DADOS BANCARIOS PARA PAGAMENTO: BANCO [redacted] Tributos Aproximados - Nacional: R$ 3.383,51 (14.18%) - Estadual: R$ 3.852,55 (16,15%) - Fonte: IBPT/AM	

Fls. Nº 328

Ass.

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLANCTI

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
13200869958	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado do Amazonas

Nome: MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

AME2200225646

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

MANAUS
Local

20 Junho 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/____ _____ Data Responsável

☐ NÃO ___/___/____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

___/___/____ Data

_____ Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/____ Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1287378 em 21/06/2022 da Empresa MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA, CNPJ 08680155000128 e protocolo 220321221 - 20/06/2022. Autenticação: 643C1C3B7AB7726A9B23A0347EFD81D699545E8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/032.122-1 e o código de segurança vq2N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/06/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade Secretário-Geral.

LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE
SECRETÁRIA GERAL

Fls. Nº 389
Ass.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/032.122-1	AME2200225646	20/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
457.837.722-91	HILDENOR HUMBERTO OLIVEIRA DE ABREU	20/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
520.028.102-49	MARCELO CASTRO SILVA	20/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1207378 em 21/06/2022 da Empresa MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA, CNPJ 08680155000128 e protocolo 220321221 - 20/06/2022. Autenticação: 643C1C3B7AB7726A9B23A0347EFD81D699545E8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/032.122-1 e o código de segurança vq2N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/06/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade Secretário-Geral.
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETÁRIA GERAL

Fls. Nº 390

Balanço de Abertura

Inicio de atividades em 01/01/2022

MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA

CNPJ: 08.680.155/0001-28
AV. COSME FERREIRA, Nº 11.122, MAUAZINHO, CEP: 69.075-775, MANUAS/AM
NIRE:1320086995-8

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1207378 em 21/06/2022 da Empresa MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA, CNPJ 08680155000128 e protocolo 220321221 - 20/06/2022. Autenticação: 643C1C3B7AB7726A9B23A0347EFD81D699545E8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/032.122-1 e o código de segurança vq2N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/06/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade Secretário-Geral.
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE
SECRETÁRIA GERAL

391

Balanço de Abertura

Empresa: MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 08.680.155/0001-28

Conta	Descrição	01/01/2022
1	*** Ativo ***	400.000,00D
11	Ativo Circulante	400.000,00D
111	Disponível	400.000,00D
11101	Caixa Geral	400.000,00D
11101.0001	Caixa	400.000,00D
2	*** Passivo ***	400.000,00C
24	Patrimônio liquido	400.000,00C
241	Capital Social Integralizado	400.000,00C
24101	Capital Social Subscrito	400.000,00C
24101.0001	Capital Social Subscrito	400.000,00C

Valor de Ativo e Passivo: R$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais).

MARCELO CASTRO SILVA
CPF:9[redacted]
Sócio-Administrador

HILDENOR HUMBERTO OLIVEIRA DE ABREU
CRC: AM-016766/O-9
[redacted].8[redacted]1

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1207378 em 21/06/2022 da Empresa MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA, CNPJ 08680155000128 e protocolo 220321221 - 20/06/2022. Autenticação: 643C1C3B7AB7726A9B23A0347EFD81D699545E8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral.
Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/032.122-1 e o código de segurança vq2N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/06/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade Secretário-Geral.
LYCIA FABÍOLA SANTOS DE ANDRADE SECRETÁRIA GERAL

Fls. Nº 392

Ass.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 01/01/2022

MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA
CNPJ: 08.680.155/0001-28
NIRE: 13400005183

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA é uma sociedade empresaria limitada domiciliada no Brasil com sede na Av. Cosme e Ferreira, Nº 11.122, Bairro: Mauazinho, Manaus/AM, CEP: 69075-775, possui como atividade principal a prestação de serviços de representações comerciais, a sociedade foi constituída em 06/03/2007 sem haver movimentação operacional, não operacional, patrimonial e financeira.

Tendo em vista o inicio de suas operações no ano de 2022 houve a integralização de capital no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) a ser investido no decorrer do periodo.

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1207378 em 21/06/2022 da Empresa MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA, CNPJ 08680155000128 e protocolo 220321221 - 20/06/2022. Autenticação: 643C1C3B7AB7726A9B23A0347EFD81D699545E8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/032.122-1 e o código de segurança vq2N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/06/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/032.122-1	AME2200225646	20/06/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
457.837.722-91	HILDENOR HUMBERTO OLIVEIRA DE ABREU	20/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
520.028.102-49	MARCELO CASTRO SILVA	20/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1207378 em 21/06/2022 da Empresa MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA, CNPJ 08680155000128 e protocolo 220321221 - 20/06/2022. Autenticação: 643C1C3B7AB7726A9B23A0347EFD81D695545E8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/032.122-1 e o código de segurança vq2N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/06/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade Secretário-Geral.

Fls. Nº 394

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação
Junta Comercial do Estado do Amazonas

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA, de CNPJ 08.680.155/0001-28 e protocolado sob o número 22/032.122-1 em 20/06/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1207378, em 21/06/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aristofanes de Sousa Rabelo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lycia Fabiola Santos de Andrade. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucea.am.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	MARCELO CASTRO SILVA	20/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
457.837.722-91	HILDENOR HUMBERTO OLIVEIRA DE ABREU	20/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
[redacted]	MARCELO CASTRO SILVA	20/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Biometria TSE, Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		
457.837.722-91	HILDENOR HUMBERTO OLIVEIRA DE ABREU	20/06/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 21/06/2022

SRM

Documento assinado eletronicamente por Aristofanes de Sousa Rabelo, Servidor(a) Público(a), em 21/06/2022, às 10:56.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucea informando o número do protocolo 22/032.122-1.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[redacted]	LYCIA FABIOLA SANTOS DE ANDRADE

Manaus. terça-feira, 21 de junho de 2022

Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1207378 em 21/06/2022 da Empresa MJ REPRESENTCAO COMERCIAL LTDA, CNPJ 08680155000128 e protocolo 220321221 - 20/06/2022. Autenticação: 643C1C3B7AB7726A9B23A0347EFD81D699545E8. Lycia Fabíola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucea.am.gov.br e informe nº do protocolo 22/032.122-1 e o código de segurança vq2N Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/06/2022 por Lycia Fabíola Santos de Andrade Secretário-Geral.

396

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 006421724 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 07/11/2022, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

MJ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, residente na Avenida Cosme Ferreira nº 11.122, conjunto Santa Maria, mauazinho, CEP: 69075-775, Manaus - AM, vinculado ao CNPJ: 08.680.155/0001-28. **********

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, terça-feira, 8 de novembro de 2022.

PEDIDO Nº: ***0006421724***

Fls. Nº 397

Ass.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 08.680.155/0001-28
Razão Social: MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
Endereço: AV COSME FERREIRA 11122 / MAUAZINHO / MANAUS / AM / 69075-775

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 08/11/2022 a 07/12/2022

Certificação Número: 2022110801344610949952

Informação obtida em 21/11/2022 10:17:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Fls. Nº 398

Ass.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
CNPJ: 08.680.155/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:19:01 do dia 13/09/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/03/2023.
Código de controle da certidão: **A342.2350.DE8C.8E35**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Fls. Nº 399

Ass.

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CND Nº
219583/2022

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE : **MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA**
ENDEREÇO : **AVENIDA COSME FERREIRA, Nº: 11.122, CEP: 69075775**
BAIRRO : **MAUAZINHO** COMPLEMENTO:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL : **11731501**
CNPJ/CPF : **0**[redacted]

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, NÃO CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Tributos **06/10/2022**

***** NÃO CONSTAM DÉBITOS VENCIDOS *****
***** NÃO HÁ DÉBITOS VINCENDOS *****

****
****
****
****
****
****
****
****

Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 04/01/2023

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

VALIDAÇÃO

CND Nº219583/2022

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação **6BE.9D1.BD5.436**. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.
Cadastrado em: 06/10/2022

Fls. Nº 400
Ass.

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 51940080
Data: 08/11/2022
Hora: 11:51:59
Válida até: 08/12/2022

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

C.N.P.J: 08.680.155/0001-28 - MJ REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA

Inscrição: 05.445.883-8 - **Situação:** Ativo

CNAE: 4530-7/01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Para efeito de validação desta certidão, consultar: http://www.sefaz.am.gov.br

FL Nº 401
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2ª BDA INF SL
2º BATALHÃO LOGÍSTIO DE SELVA

TERMO DE ENCERRAMENTO
VOLUME II

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 15/2022

UG 160515

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de 2022, procedo o encerramento do volume n° 02 (dois), do processo NUP 64125.001805/2022-61, que encerra na folha 401.

JOÃO MARCOS **DIAS** DA SILVA **RODRIGUES– 2° Ten**
Pregoeiro